



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE,
SECRETARIAO EXECUTIVO E FINANÇAS - FEAAC
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO

RAISSA SAMPAIO DA CRUZ

SECRETARIADO EXECUTIVO E EVASÃO: A VOZ DOS DISCENTES SOBRE OS
DESAFIOS DA PERMANÊNCIA

FORTALEZA

2025

RAISSA SAMPAIO DA CRUZ

SECRETARIADO EXECUTIVO E EVASÃO: A VOZ DOS DISCENTES SOBRE OS
DESAFIOS DA PERMANÊNCIA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Profa. Dra. Joelma Da Silva Soares

FORTALEZA

2025

D1s DA CRUZ, RAISSA SAMPAIO.
SECRETARIADO EXECUTIVO E EVASÃO : A VOZ DOS DISCENTES SOBRE OS DESAFIOS
DA PERMANÊNCIA / RAISSA SAMPAIO DA CRUZ. – 2025.
97 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Secretariado Executivo, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Joelma Da Silva Soares.

1. Evasão. 2. Secretariado executivo. 3. Permanência. I. Título.

CDD 651.3741

RAISSA SAMPAIO DA CRUZ

SECRETARIADO EXECUTIVO E EVASÃO: A VOZ DOS DISCENTES SOBRE OS
DESAFIOS DA PERMANÊNCIA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovada em: 31/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joelma Da Silva Soares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Conceição de Maria Pinheiro Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Francisco Edson Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Ao meu marido Francisco Juanito e a minha
filha Ravena Sampaio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado o dom da vida e ter permitido a minha existência.

Aos meus pais, Rainar e Marfísia, por terem investido em minha educação, por terem disponibilizado recursos financeiros, mas principalmente tempo e dedicação.

As minhas irmãs, Rainara, Raiana e Railine por saber que posso contar sempre.

Ao meu companheiro, amigo, esposo, eterno namorado, Francisco Juanito, que sempre me inspirou, me cobrou e me ajudou a me tornar uma pessoa melhor.

A minha filha Ravena que me acompanhou desde o dia que voltei para a universidade (ainda dentro do meu ventre), me ensinou o verdadeiro significado de amor, paciência, resiliência e me mostrou que eu sou capaz de fazer tudo aquilo que me proponho.

A Universidade Federal do Ceará, por ser uma instituição maravilhosa, que eu respeito e tenho muito orgulho de fazer parte.

A Professora Dra. Joelma Soares, por ter me aceitado como orientanda e por todos os ensinamentos.

A professora Dra. Conceição Barros, participante da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Ao Edson Rodrigues, que me auxiliou em toda essa jornada, sempre disponível e atencioso além de participante da banca, agradeço de todo coração. Pessoas como você fazem toda a diferença na vida de nós estudantes.

“Quanto mais eu leio, quanto mais aprendo,
mais certo estou de que não sei nada”.
(VOLTAIRE, 1750)

RESUMO

A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo que desafia as instituições e impacta diretamente o desenvolvimento social e econômico. Ela pode ser impulsionada por uma série de fatores. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar os fatores que podem levar a uma futura evasão de alunos do curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Aplicou-se um questionário para os alunos do 1º e 3º semestres, correspondendo às turmas de 2025.1 e 2024.1, respectivamente, no qual 24 alunos participaram da pesquisa, que representa 27% dos alunos ativos nestes períodos. Em síntese, os resultados da pesquisa fornecem evidências empíricas robustas que confirmam a complexidade da evasão no curso de Secretariado Executivo da UFC. Fatores socioeconômicos, pedagógicos e geográfico-estruturais interagem e culminam em desmotivação, ansiedade, falta de identificação com a profissão e o curso, e uma carga física e mental que pode levar ao abandono. A instituição precisa, portanto, intervir proativamente, fortalecendo a assistência estudantil, revisando metodologias de ensino para abordar as dificuldades disciplinares e promover maior praticidade, aprimorando a segurança e a infraestrutura do campus, e realinhando a apresentação do curso com as expectativas e as necessidades do mercado, a fim de garantir a permanência e o sucesso de seus estudantes.

Palavras-chave: Evasão; Secretariado executivo; Permanência.

ABSTRACT

Dropout rates in higher education are complex and challenging, challenging institutions and directly impacting social and economic development. They can be driven by a variety of factors. The overall objective of this research is to identify the factors that may lead to future dropout rates among students in the Executive Secretarial program at the Federal University of Ceará. The research adopts a mixed-method approach, combining quantitative and qualitative methods. We administered a questionnaire to students in the first and third semesters, corresponding to the classes of 2025.1 and 2024.1, respectively. Twenty-four students participated, representing 26.67% of active students in these semesters. In summary, the research results provide robust empirical evidence that confirms the complexity of dropout rates in the Executive Secretarial program at UFC. Socioeconomic, pedagogical, and geographic-structural factors interact and culminate in demotivation, anxiety, a lack of identification with the profession and the program, and a physical and mental burden that can lead to dropout. The institution must, therefore, intervene proactively, strengthening student support, reviewing teaching methodologies to address disciplinary challenges and promote greater practicality, improving campus security and infrastructure, and realigning course delivery with market expectations and needs to ensure student retention and success.

Keywords: Evasion; Executive secretariat; Permanence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Crise na educação brasileira.....	15
2.1.1 – Crise do conhecimento	18
2.1.2 – Cenário da educação brasileira	20
2.1.3 – Crise na educação formal no mundo e no Brasil	23
2.1.4 – Desafios da educação superior no Brasil	25
2.2 A pluralidade no ensino superior	27
2.2.1 – Diversificação do público no ensino superior	27
2.2.2 – Políticas de inclusão no ensino superior.....	29
2.2.3 – Expansão e interiorização do ensino superior público	31
2.3 Contexto da Educação em Secretariado Executivo no Brasil.....	33
2.3.1 – Legislação.....	33
2.3.2 – Diretrizes Curriculares Nacionais.....	35
2.3.3 – Cursos de Secretariado Executivo	37
2.3.4 – Grupos de pesquisa no CNPq	40
3 METODOLOGIA.....	44
3.1 Classificação da pesquisa	44
3.2 Técnica e instrumento de geração de dados	45
3.3 Sujeitos da pesquisa.....	47
3.4 Apresentação e análise dos dados.....	48
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	50
4.1 Perfil dos alunos respondentes	50
4.2 Percepção dos alunos sobre a escolha, mudança e dificuldade do curso, e a visão do mercado de trabalho.	51
4.3 Percepção dos alunos sobre aspectos comportamentais, cognitivos, socioeconômico e pedagógicos no curso.....	61
4.4 Percepção dos alunos sobre as condições de moradia, geográficas, transporte, segurança e estruturais	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A – MODELO DE CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA DA MONOGRAFIA	90
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO.....	93

1 INTRODUÇÃO

O sistema de ensino superior no Brasil é diversificado e abrangente, com universidades federais, estaduais, municipais e privadas, no formato de centros universitários e faculdades. Segundo dados do Censo da Educação Superior disponível pelo Ministério da Educação (MEC, 2023), o país possui 2,4 mil Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento e em várias modalidades.

Segundo a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), as IES públicas desempenham um papel fundamental no ensino superior brasileiro. Elas são responsáveis por mais de 80% das pesquisas realizadas no Brasil (ANDIFES, 2013).

As universidades federais, em particular, são reconhecidas pela excelência acadêmica e pela qualidade de seus cursos, atraindo estudantes de todo o Brasil. No entanto, as IES públicas também enfrentam desafios como a falta de recursos financeiros, a infraestrutura inadequada, a necessidade de modernização de seus processos de gestão e a ociosidade de vagas (Dos Santos; Bronnemann, 2013; Silva *et al.*, 2021; Ferreira *et al.*, 2024; Rossi *et al.*, 2024). alta rotatividade de pessoal (Ferreira *et al.*, 2024; Rossi *et al.*, 2024), falta de conhecimento prévio sobre funções administrativas, restrições de tempo e gerenciamento de conflitos relacionais (Dos Santos; Bronnemann, 2013).

Essa situação é influenciada por diversos fatores, como a falta de interesse dos candidatos em determinadas áreas, a dificuldade de acesso a algumas instituições e a concorrência com outras formas de educação e qualificação profissional (Czerniaski, 2014).

A ociosidade de vagas impacta o financiamento das instituições e a eficiência do sistema de ensino superior como um todo e representa um desperdício de recursos públicos e um desafio para a democratização do acesso ao ensino superior (ANDIFES, 2013; MEC, 2023).

Outra situação presente é a evasão universitária do Brasil que é um problema complexo e pluralizado que afeta tanto instituições privadas quanto públicas. Segundo os dados do censo do ensino superior (MEC, 2023) revelam que 15% dos estudantes que ingressam no ensino superior não conclui seus cursos.

Esta evasão não pode ser atribuída a um único fator, mas sim a um conjunto complexo e interligado de desafios que impactam a trajetória acadêmica do estudante. Dentre os motivos mais expressivos que levam ao abandono dos estudos, as dificuldades financeiras frequentemente se destacam, forçando muitos alunos a priorizar o trabalho em detrimento da dedicação acadêmica ou até mesmo a desistir do curso para garantir o sustento.

Além das questões econômicas, a adaptação à vida universitária representa um obstáculo significativo. A transição do ambiente escolar para o universitário, com suas novas metodologias de ensino, maior autonomia exigida e a pressão por desempenho, pode gerar ansiedade e desmotivação, levando ao desligamento.

Some-se a isso a falta de identificação com o curso escolhido, um problema comum que surge quando as expectativas iniciais do estudante não se alinham com a realidade da graduação, resultando em desinteresse e, por vezes, na busca por outras oportunidades. Por fim, a necessidade premente de ingressar no mercado de trabalho é um fator determinante, especialmente em contextos socioeconômicos vulneráveis, onde a urgência por uma fonte de renda sobrepuja o desejo de concluir a formação acadêmica (Dos Santos; Bronnemann, 2013; Silva *et al.*, 2021).

A evasão impacta negativamente as instituições, gerando perda de recursos e comprometendo a eficiência do sistema educacional (MEC, 2023). Nas IES públicas, a evasão também é um desafio, apesar da gratuidade do ensino.

Estudantes de baixa renda, que muitas vezes são os primeiros de suas famílias a ingressarem na universidade, podem enfrentar dificuldades adicionais, como a necessidade de trabalhar para se manter, a falta de apoio familiar e a dificuldade de conciliar os estudos com outras responsabilidades.

Pesquisas indicam que a retenção e a conclusão de alunos no ensino superior continuam sendo desafios significativos no Brasil, apesar dos esforços para democratizar o acesso. Estudos destacam a necessidade de políticas mais eficazes para apoiar a persistência e o sucesso dos alunos (Schirmer; Tauchen, 2019).

Na Universidade Federal do Ceará (UFC) esta realidade não é diferente. Conforme o anuário estatístico 2023 que tem como base o ano de 2022 a taxa de sucesso da graduação presencial geral é de 44,77%. No curso de secretariado executivo essa taxa é ainda menor (35,85%).

A evasão no curso de Secretariado Executivo, já foi motivo de pesquisa anteriormente por Schuarcz *et al.* (2014) e Cielo *et al.* (2020) ambos do estado do Paraná.

A investigação conduzida no estudo “Secretariar ou não secretariar? Eis a questão: um estudo sobre a evasão no curso de secretariado executivo” (Schuarcz *et al.*, 2014) lança luz sobre as dúvidas e incertezas que permeiam a decisão de permanecer ou abandonar a formação nessa área. Os resultados da pesquisa revelam que a evasão no curso de Secretariado Executivo está intrinsecamente ligada às expectativas dos estudantes em relação ao futuro profissional, à percepção sobre o reconhecimento e o valor da profissão no mercado de trabalho, e à clareza

sobre as atribuições e as oportunidades de carreira. O estudo aponta para a necessidade de as instituições de ensino promoverem uma melhor articulação entre a formação acadêmica e a realidade do mercado, desmistificando possíveis concepções equivocadas sobre a profissão e fortalecendo a identidade e o engajamento dos futuros secretários executivos, a fim de reduzir os índices de abandono.

Já a análise empreendida no artigo “Evasão nos cursos de Secretariado Executivo no Brasil: uma análise necessária” (Cielo *et al.*, 2020) revela um cenário preocupante em relação à permanência discente nessa área de formação. Os resultados apontam para a existência de fatores com níveis de complexidade que contribuem para a evasão, desde questões socioeconômicas e dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho até a percepção dos alunos sobre a relevância e o alinhamento do currículo com as demandas do mercado profissional. A pesquisa enfatiza a urgência de um olhar mais atento e de investigações aprofundadas sobre as especificidades da evasão nesse contexto, a fim de subsidiar a implementação de estratégias de retenção mais eficazes e garantir a formação de profissionais qualificados para o mercado de Secretariado Executivo.

Refinando a pesquisa de evasão do curso de secretariado executivo na UFC, encontramos trabalhos recentes Lopes (2022) e Lima (2025). A pesquisa de Lopes (2022) intitulada de: “Evasão discente universitária: motivação para a transferência do Curso de secretariado executivo para outros cursos na Universidade Federal do Ceará”; investigou as motivações de estudantes da UFC que evadiram do curso de Secretariado Executivo para se transferirem para outros cursos dentro da mesma instituição entre os semestres 2018.1 até 2022.1. Os resultados revelam que a decisão de transferência foi impulsionada por uma variedade de fatores, incluindo a busca por áreas de estudo com maior afinidade pessoal e expectativas de melhores oportunidades de carreira. A pesquisa aponta para a influência da percepção dos estudantes sobre o mercado de trabalho para o Secretariado Executivo, bem como a identificação de interesses acadêmicos mais alinhados com outras graduações oferecidas pela universidade.

O trabalho de Lima (2025), “Evasão no curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará”, investigou os motivos que levaram os estudantes a abandonar a graduação entre os anos de 2019-2024. Os resultados revelam que evasão do curso de Secretariado Executivo afetou estudantes de ambos os gêneros, concentrando-se, contudo, entre os mais jovens e ao final do segundo e quarto semestres. Interessantemente, muitos dos que optaram pela mudança migraram para cursos correlatos dentro da área de Ciências Sociais Aplicadas. As principais causas da evasão residem em questões vocacionais e de perspectivas

de carreira. Os resultados da pesquisa evidenciam um cenário em que alguns estudantes ingressaram no curso já com o objetivo de realizar uma futura migração, enquanto outros se frustraram com o curso e a profissão, levando ao abandono. Dessa forma, o estudo aponta para fragilidades na construção da identidade profissional e na percepção do mercado de trabalho por parte dos estudantes.

Tendo como base todos esses conhecimentos prévios, tem-se a seguinte questão de pesquisa: quais possíveis fatores podem levar os alunos do curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará a evadirem?

Nosso objetivo geral foi de investigar os fatores que podem levar a uma futura evasão de alunos do curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará.

E como objetivos específicos temos:

1. Detectar fatores socioeconômicos que podem impactar na evasão de alunos do curso de secretariado executivo;
2. Observar a influência de aspectos pedagógicos numa possível evasão de alunos do curso de secretariado executivo;
3. Verificar como as condições geográficas e estruturais impactam na evasão de alunos do curso de secretariado executivo;

A presente pesquisa se justifica pela relevância e atualidade do tema da evasão no ensino superior, um fenômeno que impacta significativamente as instituições de ensino e o desenvolvimento educacional do país. Apesar da reconhecida importância dessa problemática, observa-se uma lacuna na literatura científica, com um número ainda limitado de trabalhos dedicados à investigação da evasão, especialmente, no curso de Secretariado Executivo.

A escassez de estudos direcionados a essa área torna ainda mais pertinente a presente investigação, uma vez que as particularidades e os desafios enfrentados pelos estudantes de Secretariado Executivo podem apresentar nuances distintas de outros cursos. A maioria das pesquisas existentes sobre evasão tende a focar na identificação dos motivos que levaram alunos a abandonar seus cursos, geralmente entrevistando egressos.

O diferencial deste trabalho reside na sua abordagem prévia e diagnóstica. Ao invés de analisar retrospectivamente as causas da evasão com alunos que já deixaram o curso, propomos a realização de um diagnóstico prévio, envolvendo os alunos atualmente matriculados no curso de Secretariado Executivo da UFC. Essa metodologia permitiu identificar em tempo hábil os fatores de risco e as necessidades específicas desse corpo discente.

O trabalho poderá servir de ferramenta à gestão estratégica do curso no sentido de desenvolvimento de ações que visem a motivação à permanência e conclusão do curso elevando

assim, seus índices de sucesso. Dessa forma, esta pesquisa não apenas preenche uma lacuna no conhecimento científico, mas também oferece subsídios práticos e relevantes para aprimorar a gestão educacional e promover a permanência dos alunos no curso.

Este trabalho oferece uma análise aprofundada da evasão no ensino superior, começando com uma Introdução que contextualiza o problema e sua relevância. Em seguida, o Referencial Teórico desdobra-se em três pilares: "A crise na educação brasileira" explora os desafios sistêmicos que afetam o acesso e a permanência, "A pluralidade do ensino superior" aborda a diversidade de instituições e modelos educacionais, e "O Contexto da educação em secretariado executivo no Brasil" foca nas particularidades desse campo. Essa estrutura teórica é fundamental para compreender as raízes e as manifestações da evasão no cenário educacional brasileiro, especialmente dentro da área específica do secretariado.

Na sequência, a Metodologia detalha como a pesquisa foi conduzida, incluindo a abordagem, os instrumentos de coleta de dados e a análise. A seção de Apresentação dos Resultados é onde os achados empíricos são expostos, revelando os fatores socioeconômicos, pedagógicos e geográfico-estruturais que influenciam a permanência dos alunos. Por fim, as Considerações Finais resumizam as principais conclusões do estudo, discutem as implicações dos resultados para a prática e apontam caminhos para futuras pesquisas, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de retenção de estudantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Iremos abordar a crise na educação brasileira de forma geral, abordando múltiplos desafios como a qualidade do ensino, o desempenho em avaliações internacionais, o analfabetismo funcional, a evasão escolar, a desigualdade educacional, o subfinanciamento e a gestão ineficiente de recursos, e a necessidade de atualização curricular.

Em seguida iremos discorrer sobre a pluralidade do ensino superior brasileiro, abordando a diversificação do público discente impulsionada por políticas de inclusão, as iniciativas governamentais que buscam democratizar o acesso e a permanência, e o impacto da expansão e interiorização das instituições públicas.

Por último apresentaremos um panorama detalhado da Educação em Secretariado Executivo no Brasil, abordando a legislação que regulamenta a profissão e suas atribuições, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que norteiam a formação superior, e a oferta atual dos cursos no país, incluindo suas modalidades e a distribuição regional. Além disso, o leitor encontrará informações sobre a produção científica na área, evidenciada pelos grupos de pesquisa existentes.

2.1 Crise na educação brasileira

Nesta seção discutiremos a crise multifacetada da educação brasileira, detalhando os desafios relacionados à qualidade do ensino (evidenciada pelos baixos desempenhos em avaliações como PISA e IDEB), a persistência do analfabetismo funcional, as altas taxas de evasão escolar na educação básica, as profundas desigualdades educacionais, e questões de subfinanciamento e gestão de recursos.

Castro (2009) destacou que a crise na educação brasileira é um problema multifacetado e crônico, com raízes históricas e impactos profundos no desenvolvimento social e econômico do país. Apesar dos avanços nas últimas décadas em termos de acesso, a qualidade do ensino e a equidade permanecem como grandes desafios.

Estudos recentes destacam o desempenho preocupante do Brasil em avaliações internacionais de educação, particularmente em matemática. Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) mostram que os alunos brasileiros pontuam consistentemente abaixo da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Lima; Moreira, 2022; Lima; Moreira, 2024). Apesar de alguma melhora ao longo do tempo, apenas 20% dos alunos brasileiros atingem o nível mínimo de proficiência estabelecido pela OCDE, com muito poucos alcançando níveis mais altos em matemática

(Lima; Moreira, 2024). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) também indica que o Brasil não está cumprindo as metas do Plano Nacional de Educação, especialmente nos anos finais do ensino fundamental e médio (Avelar *et al.*, 2020). Esses resultados ruins sugerem que os alunos brasileiros estão despreparados para as demandas da força de trabalho moderna (Ribeiro, 2013).

Além disso, o analfabetismo funcional persiste como uma realidade para uma parcela significativa da população. Apesar da redução nas taxas de analfabetismo absoluto, o analfabetismo funcional continua sendo um problema significativo, com 29% dos brasileiros de 15 a 64 anos classificados como analfabetos funcionais em 2024 (Alves *et al.*, 2024). Esse problema está profundamente enraizado nas desigualdades históricas, sociais, raciais e de gênero, impactando a educação em todos os níveis e dificultando a participação plena em uma sociedade cada vez mais dependente da escrita (Alves *et al.*, 2024). Embora tenha havido progresso, com as taxas de analfabetismo funcional entre aqueles com 15 anos ou mais caindo de 27% em 2001 para 14% em 2019 (Macêdo Júnior *et al.*, 2023), a meta de erradicar o analfabetismo absoluto até 2024 permanece inatingível (Oliveira, 2022). O analfabetismo funcional limita a capacidade dos indivíduos de avaliar informações, resolver problemas e tomar decisões, representando desafios significativos para o desenvolvimento educacional do Brasil (Matos *et al.*, 2021).

Paralelo a este problema, temos a evasão escolar na educação básica brasileira que é um problema multifatorial que se agrava nos níveis mais avançados de ensino (Branco *et al.*, 2020). Fatores socioeconômicos, como pobreza e necessidade de trabalho, contribuem significativamente para o abandono escolar (Luna; Amaral, 2023). O Brasil possui a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a evasão é vista como um processo complexo e cumulativo que pode ser considerado uma expulsão escolar (Silva Filho; Araujo, 2017). Outros fatores que influenciam a evasão incluem drogas, fracassos sucessivos e falta de incentivo familiar e escolar (Silva Filho; Araujo, 2017), tornando a superação desse desafio uma tarefa crucial para a sociedade e o poder público (Branco *et al.*, 2020).

A desigualdade educacional também é uma marca profunda da crise. O acesso e a qualidade da educação variam drasticamente entre as regiões do país e as diferentes classes sociais.

Escolas públicas, sobretudo em áreas mais vulneráveis, frequentemente sofrem com a falta de infraestrutura adequada, materiais didáticos de qualidade e, crucialmente, professores

qualificados e valorizados, perpetuando um ciclo vicioso de desigualdade social. (Ferreira *et al.*, 2024).

Conforme os autores, Ferreira *et al.* (2024), o sistema de ensino superior, enfrenta desafios complexos e interligados. Um dos principais é o subfinanciamento, com o investimento por aluno significativamente abaixo da média da OCDE (Amaral, 2024), o que limita a melhoria da infraestrutura e a valorização dos professores.

Aliando a isso, a gestão ineficiente de recursos disponíveis agrava a situação, impedindo que o montante já alocado traga os resultados esperados (Lamas, 2022). Paralelamente, a desatualização e a falta de contextualização dos currículos são obstáculos notáveis. Muitas vezes, os modelos tradicionais não conseguem engajar os alunos, desestimulando-os e comprometendo a relevância do aprendizado em um mundo globalizado e tecnologicamente avançado, o que, em última instância, impacta a qualidade da formação e a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade (Medel, 2008; Norbiato, 2023).

Deste mundo, apesar de alocar uma parcela substancial do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação, o investimento por aluno do Brasil permanece bem abaixo da média da OCDE (Amaral, 2024). Esse subfinanciamento limita melhorias em infraestrutura, valorização de professores e implementação eficaz de programas (Lamas, 2022). A Conferência Nacional de Educação de 2024 propôs aumentar o financiamento da educação para 10% do PIB para preencher a lacuna com os países da OCDE (Amaral, 2024). No entanto, alguns estudos sugerem que o problema pode não ser a escassez de recursos, mas sim a gestão ineficaz dos fundos disponíveis (Lamas, 2022).

É notório que as pesquisas recentes destacam a necessidade de atualizar e contextualizar os currículos escolares para melhor envolver os alunos e atender às demandas da sociedade contemporânea. Os currículos tradicionais, com muito conteúdo, muitas vezes não conseguem se conectar com as realidades e os interesses dos alunos, levando à diminuição da motivação e da relevância (Medel, 2008; Norbiato, 2023).

Outro ponto destaque que sempre está no centro das discussões são os currículos, que devem se concentrar no desenvolvimento de cidadãos críticos que valorizem a diversidade cultural e estejam preparados para um mundo global e pluralista (Medel, 2008).

A integração de novas tecnologias de informação e comunicação aos currículos é crucial, pois estas impactam cada vez mais a sociedade contemporânea (Marinho, 2006). Embora alguns educadores acreditem que suas escolas tenham ido além da mera reprodução das regras sociais, muitas vezes permanece uma lacuna entre a retórica e a prática, afetando

significativamente os resultados do ensino e da aprendizagem (Moreira, 2024). Para abordar essas questões, é essencial romper com currículos uniformes e promover novas abordagens de ensino e aprendizagem que considerem os contextos socioculturais, as experiências de vida, as necessidades e as especificidades dos alunos (Moreira, 2024).

Superar a crise na educação brasileira exige um esforço conjunto e contínuo que envolva a sociedade, o governo e as famílias. É fundamental adotar uma abordagem estratégica e de longo prazo para promover mudanças significativas.

2.1.1 – Crise do conhecimento

Neste tópico iremos detalhar a crise do conhecimento, um fenômeno complexo que afeta a forma como a informação é gerada, disseminada e assimilada na sociedade contemporânea.

A crise do conhecimento (no sentido amplo) é um fenômeno complexo e variado que se manifesta em diversas frentes na sociedade contemporânea. Em sua essência, ela se refere aos desafios e distorções na forma como o conhecimento é gerado, disseminado, assimilado e, por vezes, distorcido ou subvalorizado. Essa crise impacta desde a capacidade individual de discernir informações até a formulação de políticas públicas baseadas em evidências (Nichols, 2017).

A chamada crise do conhecimento, fenômeno que se manifesta tanto no plano global quanto nacional, é marcada pela era de abundância informacional, pelo acesso massivo a dados, mas com crescente dificuldade em transformá-los em conhecimento significativo e crítico (Ripoll; Matos, 2017).

Vivemos na era digital, onde a produção de dados e conteúdo é exponencial, mas nem toda informação é conhecimento útil ou verdadeiro. Essa abundância dificulta a filtragem e a validação, levando à confusão e, muitas vezes, à paralisia decisória (Nichols, 2017).

Paralelamente, a ascensão das notícias falsas (*fake news*) e a desinformação amplifica o problema. Impulsionadas por algoritmos e pela viralização nas redes sociais, essas narrativas distorcidas corroem a confiança em fontes tradicionais de conhecimento, como a ciência, a imprensa e as instituições educacionais, e podem ter graves consequências sociais e políticas (Ripoll; Matos, 2017).

Outra causa profunda reside na fragmentação e especialização excessiva do conhecimento. Embora a especialização seja necessária para o avanço em diversas áreas, ela pode levar à perda de uma visão holística e interdisciplinar (Bernardes; Chaves, 2024).

Isso dificulta a conexão entre diferentes campos do saber e a compreensão de problemas complexos que exigem múltiplas perspectivas, como as mudanças climáticas ou crises econômicas (Nichols, 2017).

A desvalorização do conhecimento profundo em favor de informações rápidas e superficiais também é um sintoma alarmante, muitas vezes alimentada pela cultura de "*snacks*" de conteúdo nas redes sociais e pela busca por soluções simplistas para problemas complexos (Nichols, 2017).

Essa superficialidade do saber, impulsionada por tecnologias digitais e pela cultura da instantaneidade, compromete a formação intelectual e a capacidade de análise autônoma dos indivíduos (Bernardes; Chaves, 2024).

A crise também se reflete na educação. Embora o acesso à informação seja vasto, a qualidade da educação formal e informal enfrenta desafios para ensinar o pensamento crítico, a alfabetização midiática e a capacidade de aprender a aprender (Pereira, 2019).

Sem essas habilidades, os indivíduos ficam mais vulneráveis à manipulação e menos aptos a gerar ou assimilar conhecimento de forma significativa. Além disso, a falta de acesso equitativo a recursos educacionais de qualidade aprofunda a lacuna de conhecimento entre diferentes grupos sociais e econômicos (Bernardes; Chaves, 2024).

No Brasil, esse problema é agravado por um sistema educacional que, em muitas instâncias, prioriza a memorização e a repetição mecânica em vez da construção reflexiva do saber (Pereira, 2019).

A educação formal, especialmente no ensino superior, falha ao não proporcionar ambientes de aprendizagem que estimulem o pensamento crítico, a pesquisa e a resolução de problemas reais (Bernardes; Chaves, 2024).

O resultado é uma formação tecnicista e fragmentada, que não prepara o cidadão para atuar de forma consciente em uma sociedade complexa. Enfrentar essa crise exige não apenas reformas estruturais, mas também uma revisão profunda dos paradigmas pedagógicos, com foco na valorização do conhecimento como processo ativo, transformador e socialmente comprometido (Pereira, 2019).

Esse nível de ensino enfrenta desafios estruturais como o sucateamento das universidades públicas e a mercantilização das instituições privadas, além de entraves pedagógicos, como metodologias desatualizadas e o descompasso entre formação acadêmica e demandas do mundo do trabalho (Pereira, 2019).

As consequências da crise do conhecimento são vastas. Elas incluem a polarização social e política, a dificuldade em abordar desafios globais complexos, a erosão da confiança

nas instituições e a diminuição da capacidade individual de tomar decisões informadas em diversas esferas da vida. Em um nível mais amplo, pode levar a retrocessos sociais e ao enfraquecimento da própria democracia (Nichols, 2017).

Para superar essa crise, é fundamental investir em educação de qualidade que promova o pensamento crítico, a alfabetização digital e a capacidade de discernir fontes confiáveis. O fortalecimento da ciência e da pesquisa, com investimento público e disseminação acessível dos resultados, é crucial (Bernardes; Chaves, 2024).

Também é necessário que as plataformas digitais assumam maior responsabilidade na moderação de conteúdo e no combate à desinformação, sem comprometer a liberdade de expressão (Ripoll; Matos, 2017).

Por fim, a sociedade civil e os indivíduos precisam cultivar uma postura de curiosidade crítica, buscando ativamente diversas perspectivas e validando informações antes de aceitá-las ou compartilhá-las. Enfrentar a crise do conhecimento é essencial para a construção de uma sociedade mais informada, resiliente e capaz de progredir (Nichols, 2017).

2.1.2 – Cenário da educação brasileira

Apresentamos abaixo um cenário diversificado da educação brasileira, destacando as desigualdades regionais e estruturais, os baixos índices de aprendizagem (evidenciados por dados do SAEB e altas taxas de evasão escolar), e a precarização da infraestrutura e da valorização docente.

O cenário da educação brasileira é, de fato, um complexo mosaico de profundas desigualdades regionais, deficiências estruturais arraigadas, baixos índices de aprendizagem persistentes e desafios pedagógicos que, em conjunto, comprometem a formação integral dos estudantes (Ribeiro; Oliveira, 2024).

Uma análise do Censo Escolar 2023 revela a dimensão desse desafio: o Brasil contabiliza mais de 46,3 milhões de matrículas na educação básica, das quais aproximadamente 80% estão concentradas na rede pública, um indicativo da vasta responsabilidade do Estado em garantir o direito à educação para a maioria da população.

Apesar das garantias constitucionais e das disposições legais para uma educação básica de qualidade (Gottardo; Carneiro, 2015), o Brasil continua a lutar contra a dívida educacional e a desigualdade. A universalização do ensino médio e o acesso para os jovens brasileiros permanecem problemáticos (Silva, 2016).

O panorama da educação brasileira, marcado por profundas desigualdades regionais, desafios estruturais e baixos índices de aprendizagem na educação básica (Ribeiro; Oliveira, 2024; Amaral, 2016), reverbera diretamente no ensino superior. Embora o texto forneça dados focados na educação básica, as deficiências e a dívida educacional do país (Gottardo; Carneiro, 2015) naturalmente impactam a qualidade da base de estudantes que chega às universidades, muitos dos quais ainda enfrentam dificuldades em matemática e língua portuguesa.

Apesar da ampla cobertura, a qualidade do ensino continua sendo uma preocupação central e motivo de alarme. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) expõem uma realidade preocupante: mais de 70% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental apresentam nível insuficiente em matemática, e mais de 50% em língua portuguesa (Amaral, 2016).

A universalização do ensino médio e o acesso dos jovens brasileiros permanecem problemáticos (Silva, 2016), o que significa que as instituições de ensino superior recebem um corpo discente com formações iniciais muito heterogêneas, exigindo esforços adicionais para nivelamento e retenção. Essa realidade impõe ao ensino superior o desafio de não apenas formar profissionais, mas também de mitigar as lacunas trazidas pela educação básica, operando em um contexto de persistente desigualdade educacional.

Esses números não apenas refletem a dificuldade de compreensão de conceitos básicos, mas também apontam para lacunas significativas no desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida acadêmica e profissional. Complementarmente, a evasão escolar permanece como um problema persistente e doloroso.

Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou que mais de 560 mil jovens entre 14 e 17 anos estavam fora da escola, um contingente alarmante de adolescentes que perdem a oportunidade de completar sua formação básica e de construir um futuro com mais perspectivas. Essa evasão não é um fenômeno isolado, mas o resultado de múltiplos fatores socioeconômicos e pedagógicos que desmotivam o estudante a permanecer no ambiente escolar (Amaral, 2016).

Essas fragilidades no sistema educacional refletem, em grande parte, limitações severas de infraestrutura. É comum encontrar escolas públicas que operam sem acesso à internet de qualidade, sem bibliotecas equipadas ou laboratórios funcionais — recursos básicos para uma educação moderna e abrangente (Ribeiro; Oliveira, 2024).

Silva (2016) argumenta que a ausência de infraestrutura adequada limita as metodologias de ensino, restringe o acesso a informações e impede o desenvolvimento de habilidades práticas cruciais. Soma-se a isso a precarização das condições de trabalho dos

professores. A realidade de que cerca de 40% dos docentes da rede pública básica precisam trabalhar em mais de uma escola para complementar a renda é um sintoma claro da desvalorização da profissão (Silva, 2016).

Além da sobrecarga, muitos desses profissionais não possuem formação específica na área em que lecionam, o que impacta diretamente a qualidade do aprendizado e a capacidade de oferecer um ensino aprofundado e atualizado. Essa situação desestimula novos talentos e contribui para um "apagão" de professores qualificados (Ribeiro; Oliveira, 2024).

No âmbito do ensino superior, a expansão tem sido notável, porém com características que levantam questionamentos sobre a qualidade. O Censo da Educação Superior 2022 revela que o setor privado responde por cerca de 77% das matrículas, dominando o cenário (Amaral, 2016).

Contudo, grande parte dessas instituições tende a priorizar cursos de menor complexidade, muitas vezes com infraestrutura mínima, e se voltam majoritariamente para o modelo de ensino a distância (EaD), que, em 2022, respondeu por 63% das novas matrículas (Ribeiro; Oliveira, 2024).

Embora o EaD seja uma modalidade importante para democratizar o acesso, sua expansão acelerada, muitas vezes desacompanhada de rigor acadêmico e investimento em recursos, gera debates sobre a qualidade da formação oferecida e a real preparação dos egressos para o mercado de trabalho (Silva, 2016).

Além desses entraves estruturais e de gestão, o país enfrenta uma crise do conhecimento mais ampla. A educação formal, em muitos casos, não consegue acompanhar as rápidas transformações tecnológicas, culturais e sociais (Menegat, 2016).

A escola, presa a modelos conteudistas e fragmentados, que pouco se conectam à realidade e aos interesses dos estudantes, falha em desenvolver o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de inovação (Silva, 2016).

Esse modelo impede a formação de cidadãos realmente preparados para os desafios de uma sociedade em constante mudança, minando sua capacidade de adaptação, de resolução de problemas complexos e de participação plena na vida em sociedade (Ribeiro; Oliveira, 2024).

Diante desse panorama desafiador, torna-se urgente repensar o papel do Estado e das instituições educacionais. O Marco de Ação de Dacar estabeleceu seis metas a serem alcançadas pelos países signatários até 2015, incluindo a expansão da educação infantil, a garantia do acesso à educação primária e a melhoria da alfabetização de adultos (Menegat, 2016).

No entanto, o Brasil atingiu apenas duas dessas metas. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 também enfrenta desafios, com indicadores sugerindo que nenhuma das cinco metas selecionadas será plenamente cumprida (Sarmiento *et al.*, 2024). É imperativo que sejam implementadas políticas públicas robustas e de longo prazo que articulem um investimento contínuo e qualificado na educação básica e superior. Paralelamente, a formação docente de qualidade, com planos de carreira atrativos e remuneração justa, é indispensável.

A atualização curricular, com a adoção de metodologias inovadoras que promovam o protagonismo do estudante e o desenvolvimento de competências para o século XXI, é crucial. Além disso, a valorização da ciência, da pesquisa e da inovação pedagógica deve ser um pilar central para garantir que a educação brasileira seja mais equitativa, significativa e verdadeiramente transformadora, preparando os cidadãos para os desafios e oportunidades do futuro.

O enfrentamento dessas questões exige investimento contínuo em educação, políticas e programas públicos sustentados e implementação de políticas sociais voltadas à redução das desigualdades (Sarmiento *et al.*, 2024).

2.1.3 – Crise na educação formal no mundo e no Brasil

Esta seção aborda a crise da educação formal, um fenômeno global caracterizado pela desatualização pedagógica, rigidez curricular e desconexão com a realidade social.

A crise da educação formal é um fenômeno global que se manifesta de diferentes formas nos países, mas guarda elementos comuns, como a desatualização dos modelos pedagógicos, a rigidez curricular e a desconexão entre escola, universidade e realidade social (Guerra *et al.* 2022; Carvalho; Moraes, 2019).

Na visão de Carvalho e Moraes (2019), a crise na educação não é um fenômeno recente, sendo um tema debatido após a Segunda Guerra Mundial, que observava a distorção fundamental e o desconhecimento do significado vital da própria educação, especialmente quando a meta se desvia de introduzir as crianças e jovens a um "mundo velho" já edificado, para a produção de um "homem novo" idealizado.

A educação formal, em diversas partes do mundo, tem se transformado em um sistema predominantemente focado na mera transmissão de informações. Essa abordagem mecânica frequentemente falha em estimular o pensamento crítico, a originalidade e a autonomia essenciais para o desenvolvimento dos estudantes (Carvalho; Moraes, 2019; Guerra *et al.* 2022).

No contexto brasileiro, essa problemática é acentuada por condicionantes históricos e estruturais, como as profundas disparidades sociais, a insuficiência de investimentos contínuos e uma gestão educacional ineficaz (Guerra et al. 2022; Rafael; Ribeiro; Segundo, 2016).

As instituições de ensino público, em particular, enfrentam desafios significativos para assegurar condições básicas de aprendizado, enquanto o ensino superior se divide entre universidades públicas com recursos precarizados e instituições privadas que priorizam, em grande parte, o retorno financeiro (Carvalho; Moraes, 2019; Guerra et al. 2022; Rafael, Ribeiro; Segundo, 2016).

Para Krumel (2018), a compreensão das estruturas da educação nacional e de suas mudanças exige que se entenda o Brasil como um país periférico na estrutura do sistema-mundo capitalista, com sua construção histórica de colônia a serviço do capital comercial europeu, percebendo a educação como um espaço de luta contra-hegemônica que promova consciência crítica.

Esse cenário é compreendido, por Santos e Araujo (2023), como uma nova expressão da mercantilização da educação, um processo marcado pela apropriação de recursos públicos por elites financeiras e pelo desmonte deliberado de universidades públicas, em meio a uma profunda crise de financiamento que impacta o sistema de ciência, tecnologia e inovação do país.

Conforme apontado por Rafael, Ribeiro e Segundo (2016), a educação, compreendida como um complexo derivado da categoria trabalho, contribui direta e indiretamente para o capitalismo por meio da formação de mão de obra para o mercado.

Nesse cenário, a discussão sobre a "crise de aprendizagem" tem ganhado força, com argumentos que, segundo Guerra et al. (2022), justificam a responsabilidade pela crise centralizada na escola, nos professores e no desempenho dos estudantes, promovendo o aprofundamento do gerencialismo nas reformas educacionais.

Um elemento recente que agrava essa crise é a diminuição da relevância dos diplomas formais no mercado de trabalho. Setores dinâmicos, como tecnologia, design, marketing digital e programação, têm priorizado cada vez mais a comprovação de habilidades práticas por meio de portfólios e experiências, em detrimento da qualificação acadêmica tradicional (Guerra et al. 2022; Santos; Araujo 2023).

Essa reconfiguração do paradigma profissional sinaliza um declínio no papel da educação formal como o principal caminho para o avanço na carreira. Tal cenário sublinha a

necessidade premente de uma revisão profunda dos objetivos, conteúdos e abordagens pedagógicas do sistema educacional (Krumel, 2018).

Em vista disso, torna-se imperativo implementar reformas que promovam a integração entre teoria e prática, encorajem o uso de metodologias de ensino ativas, ampliem o acesso ao conhecimento digital e fortaleçam o desenvolvimento de competências socioemocionais, capacitando os indivíduos para os desafios de um mundo em constante evolução (Carvalho; Moraes, 2019; Guerra et al. 2022).

2.1.4 – Desafios da educação superior no Brasil

Iremos discutir os desafios da educação superior no Brasil, apesar de sua expansão significativa. Realizaremos uma análise aprofundada sobre as questões de financiamento (incluindo comparativos internacionais), a situação do trabalho docente (precarização e sobrecarga), a necessidade de atualização curricular e metodologias pedagógicas ativas, e a persistência da evasão estudantil como um problema sistêmico que mina os esforços de democratização e desperdiça recursos.

A educação superior no Brasil enfrenta desafios significativos que comprometem sua capacidade de responder às demandas contemporâneas da sociedade e do mercado de trabalho. Ao longo das últimas décadas a educação superior tem se expandido significativamente, impulsionada por uma demanda crescente por qualificação e acesso ao conhecimento. No entanto, essa expansão veio acompanhada de um complexo conjunto de desafios que permeiam o financiamento, o trabalho docente e a própria qualidade do ensino.

Um dos pontos mais críticos e frequentemente debatidos é o financiamento da educação superior. Chaves e Amaral (2015) e Amaral (2016) destacam como a expansão, especialmente em um contexto de restrições orçamentárias, gera tensões na capacidade de investimento em infraestrutura, pesquisa e no corpo docente. Comparativos com países da OCDE e do BRICS revelam que o Brasil, apesar dos avanços, ainda enfrenta lacunas significativas em termos de recursos dedicados à educação superior. A sustentabilidade das instituições públicas e a qualidade das privadas, muitas vezes dependentes de mensalidades e com fins lucrativos, são constantemente questionadas. A busca por um modelo de financiamento que garanta a perenidade e a excelência é um desafio contínuo, impactando diretamente a capacidade de inovação e a relevância da produção científica nacional.

Embora o Sistema de Educação Superior no Brasil tenha experimentado um "ciclo virtuoso" de ganhos e conquistas entre 1990 e 2015, conforme discutido por Diniz e Diniz

(2023), período que denotou um avanço significativo na democratização do acesso, atualmente, muitas instituições ainda enfrentam sérios desafios estruturais.

A expansão do ensino superior também se reflete diretamente nas condições do trabalho docente. Broch, Breschiliare e Barbosa-Rinaldi (2020) abordam os múltiplos desafios enfrentados pelos professores, que incluem o aumento da demanda por qualificação, a diversificação das modalidades de ensino (como o EAD), a crescente burocracia e a, por vezes, precarização das relações de trabalho.

A necessidade de conciliar atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, aliada à pressão por resultados e à falta de investimento em formação continuada e apoio pedagógico, pode levar à sobrecarga e ao adoecimento dos profissionais. Garantir condições adequadas de trabalho, valorizar a carreira docente e investir em desenvolvimento profissional são elementos cruciais para manter a qualidade do ensino e a motivação dos educadores.

Embora a expansão do ensino superior apresente aspectos positivos para o país, não se pode desconsiderar os impactos deste para o cotidiano de trabalho dos professores universitários, que enfrentam uma série de problemas no desempenho de suas funções, além da evidente precarização nas condições de trabalho que trazem consigo o indicativo da conjuntura negativa da educação superior brasileira e que precisa ser tratado e detalhado pela comunidade acadêmica (Cordeiro; Silva; Costa, 2021; Broch; Breschiliare; Barbosa-Rinaldi, 2020).

Carecem, por exemplo, de infraestrutura física e tecnológica adequadas para as demandas contemporâneas, de um corpo docente valorizado e com condições de trabalho que permitam dedicação plena à pesquisa e ao ensino de qualidade, e de políticas efetivas de permanência estudantil que garantam não apenas o ingresso, mas a conclusão do curso por estudantes em situação de vulnerabilidade (Diniz; Diniz, 2023).

Por fim, Cordeiro, Silva e Costa (2021) enfatizam que, apesar dos esforços de expansão, os desafios da educação superior no Brasil não se limitam apenas ao acesso, mas também à qualidade e à relevância do ensino oferecido. Acompanhar as rápidas transformações do mercado de trabalho, as demandas sociais e as inovações tecnológicas exigem uma constante atualização dos currículos e das metodologias pedagógicas. A formação de profissionais críticos, inovadores e engajados com os problemas sociais é um objetivo que demanda não apenas a ampliação de vagas, mas também um investimento contínuo em pesquisa, extensão e na integração com a comunidade.

No campo estritamente pedagógico, a urgência por uma atualização curricular profunda é inegável e é imperativo incorporar metodologias ativas que engajem o estudante como protagonista de seu aprendizado, promover a interdisciplinaridade para uma compreensão

mais holística dos fenômenos e fortalecer a articulação entre teoria e prática, preparando o aluno para os desafios reais do mundo (Diniz; Diniz, 2023; Cordeiro; Silva; Costa, 2021; Broch; Breschiliare; Barbosa-Rinaldi, 2020).

O modelo tradicional de ensino, excessivamente centrado na transmissão passiva de conteúdos fragmentados, mostra-se progressivamente obsoleto diante das complexidades de um mundo em constante evolução e as novas demandas exigem de forma crescente o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a capacidade de resolução de problemas complexos e o domínio de habilidades socioemocionais (Diniz; Diniz, 2023; Cordeiro; Silva; Costa, 2021).

Nesse panorama desafiador, a evasão emerge como um dos problemas mais críticos, minando os esforços de democratização do acesso e desperdiçando recursos. Embora o ingresso na educação superior tenha se ampliado, a permanência e a conclusão dos cursos continuam sendo obstáculos significativos para muitos estudantes.

Fatores socioeconômicos, deficiências na base educacional, dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, falta de apoio institucional e a própria precarização das condições de ensino contribuem alunos abandone seus estudos antes de obter o diploma.

2.2 A pluralidade no ensino superior

A pluralidade no ensino superior brasileiro é uma característica inerente à sua expansão e um reflexo da diversidade da sociedade. Essa pluralidade se manifesta não apenas na diversidade de instituições (públicas e privadas, universitárias e não universitárias) e de modalidades de ensino (presencial, a distância, híbrida), mas também na heterogeneidade do perfil dos estudantes resultante das políticas de inclusão e da expansão e interiorização do ensino superior no Brasil.

2.2.1 – Diversificação do público no ensino superior

O ensino superior, historicamente associado a uma parcela específica da população, enfrenta hoje um cenário de transformação impulsionado pela crescente demanda por inclusão e pela percepção de seus benefícios para o desenvolvimento social e econômico. A diversificação do público nas instituições de ensino superior (IES) não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia fundamental para enriquecer o ambiente acadêmico, promover a inovação e formar profissionais mais alinhados com a complexidade da sociedade contemporânea. Conforme destaca a ANDIFES (2013), a própria concepção dos

"Rumos das Universidades Federais" aponta para a necessidade de um perfil discente mais abrangente.

Historicamente, o acesso ao ensino superior foi marcado por desigualdades socioeconômicas, raciais e geográficas (Castro, 2009). Contudo, nas últimas décadas, políticas afirmativas, como o sistema de cotas, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), têm contribuído significativamente para alterar esse panorama. A implementação dessas políticas tem sido um vetor crucial na democratização do ensino superior, embora ainda existam desafios a serem superados (Czerniaski, 2014; Rosa; Santos, 2021). A evolução recente do sistema de educação superior no Brasil reflete esse esforço contínuo para a inclusão (Diniz; Diniz, 2023), ampliando a base de estudantes e tornando o acesso mais representativo da diversidade do país.

A presença de estudantes de diferentes origens, com vivências e perspectivas distintas, enriquece os debates em sala de aula, estimula o pensamento crítico e a capacidade de resolução de problemas sob múltiplos ângulos. Essa pluralidade contribui para um ambiente de aprendizado mais dinâmico e relevante, preparando os futuros profissionais para um mercado de trabalho globalizado e multicultural (Medel, 2008; Moreira, 2024).

Além dos benefícios pedagógicos, a diversificação do público no ensino superior possui um impacto significativo no desenvolvimento social. Ao incluir grupos sub-representados, como negros, indígenas, pessoas com deficiência e indivíduos de baixa renda, as IES promovem a mobilidade social e contribuem para a redução das desigualdades (Cunha; Pinto, 2009; Ribeiro; Oliveira, 2024).

A formação de profissionais oriundos de diferentes contextos sociais permite uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios de diversas comunidades, resultando em serviços e políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Isso é crucial em um país que ainda lida com altos índices de analfabetismo funcional e desigualdades sociais (Alves *et al.*, 2024; Matos; Matos; Alves, 2021).

No âmbito econômico, a diversificação do público no ensino superior também se mostra vantajosa. A formação de profissionais com diferentes habilidades e perspectivas impulsiona a inovação e a criatividade, elementos cruciais para a competitividade e o crescimento econômico. Além disso, ao ampliar o acesso à educação de qualidade, o país investe no desenvolvimento de capital humano, essencial para enfrentar os desafios de um mercado de trabalho em constante evolução. Comparativos com o financiamento educacional em países da OCDE e do BRICS ressaltam a importância de investimentos contínuos para

sustentar essa expansão e garantir a qualidade (Amaral, 2016; Amaral, 2024; Chaves; Amaral, 2015).

Apesar dos avanços, a diversificação do público no ensino superior ainda enfrenta desafios significativos. A inclusão formal não garante a permanência nem o sucesso acadêmico desses estudantes (Rosa; Santos, 2021). A ampliação do acesso sem o devido suporte pode, paradoxalmente, levar a um aumento da evasão escolar, um problema que afeta desde a educação básica (Branco *et al.*, 2020; Luna; Amaral, 2023; Silva Filho; Araújo, 2017) e se manifesta no ensino superior em diversos cursos (Cielo *et al.*, 2020; Lima, 2025; Lopes, 2022; Schuarcz *et al.*, 2014).

É necessário o desenvolvimento de políticas de permanência robustas que garantam que os estudantes de grupos minorizados não apenas ingressem, mas também concluam seus estudos com sucesso.

Em suma, a diversificação do público no ensino superior é um processo complexo, mas imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida. Ao abrir as portas das IES para uma gama mais ampla de estudantes, o país investe no potencial de todos os seus cidadãos, colhendo os frutos de um ambiente acadêmico mais rico, de profissionais mais qualificados e de um futuro mais promissor para todos.

A consolidação dessa diversidade requer um compromisso contínuo das instituições, dos governos e da sociedade como um todo, visando a superação das barreiras que ainda impedem o acesso e a permanência de muitos talentos no ensino superior.

2.2.2 – Políticas de inclusão no ensino superior

O ensino superior, por muito tempo reconhecido por privilégios e desigualdades, tem passado por uma transformação significativa no Brasil, impulsionada por um conjunto robusto de políticas de inclusão. Essas iniciativas, que vão desde a reserva de vagas até o suporte à permanência, representam um esforço contínuo para democratizar o acesso ao conhecimento e construir uma sociedade mais equitativa.

No entanto, a complexidade do cenário brasileiro exige que a análise dessas políticas transcenda a mera descrição, aprofundando-se em seus impactos, avanços e nos desafios que ainda persistem. A evolução do sistema de educação superior no Brasil nos últimos anos é notável nesse contexto (Diniz; Diniz, 2023).

O pilar central das políticas de acesso é a Lei nº 12.711/2012 (popularmente conhecida como Lei de Cotas). Ao reservar 50% das vagas em universidades e institutos

federais para estudantes de escolas públicas, com subcotas para critérios socioeconômicos, raciais e para pessoas com deficiência, a lei promoveu uma revolução silenciosa nos campi.

O antes homogêneo ambiente universitário, dominado por uma elite socioeconômica, começou a refletir a diversidade da população brasileira, conforme observado em estudos sobre as políticas públicas de democratização do ensino superior (Czerniaski, 2014) e os rumos das universidades federais (ANDIFES, 2013).

Essa mudança não é apenas numérica; ela enriquece o debate acadêmico, estimula novas perspectivas de pesquisa e forma profissionais mais sensíveis às realidades do país, promovendo um pensamento crítico e diálogo essenciais para a formação humana (Bernardes; Chaves, 2024; Moreira, 2024).

Complementar à Lei de Cotas, programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) abrem portas em instituições privadas, oferecendo bolsas e financiamentos que, embora com suas próprias nuances e debates, ampliam o leque de oportunidades para estudantes de baixa renda.

Esses programas são parte da estratégia de expansão e financiamento do ensino superior no Brasil, desafiando o modelo tradicional e buscando a inclusão social (Chaves; Amaral, 2015; Cordeiro; Silva; Costa, 2021). A relevância da educação e da inserção do Brasil na modernidade passa, inegavelmente, por essas iniciativas.

Contudo, a inclusão não se esgota no ingresso. A mera matrícula não garante o sucesso acadêmico, especialmente para estudantes que enfrentam múltiplas vulnerabilidades. É nesse ponto que as políticas de permanência se tornam cruciais.

Ao mesmo tempo, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída por meio do Decreto nº 7.234/2010 e mais recentemente pela Lei nº 14.914/2024, é o carro-chefe desse suporte, abrangendo auxílios moradia, alimentação, transporte e creche, além de bolsas de estudo e apoio pedagógico.

Assim como, a PNAES reconhece que a fome, a distância e a falta de estrutura podem ser tão impeditivas quanto a ausência de vagas, e sua recente ampliação (A Lei nº 14.914/2024 ampliou os benefícios da PNAES para incluir estudantes de pós-graduação e da educação técnica e tecnológica de nível médio) busca garantir que a oportunidade de aprender não seja minada pelas dificuldades da vida.

A necessidade de tais políticas é evidenciada pela persistência da evasão escolar, que, embora diminuída em alguns segmentos, ainda atinge estudantes que chegam com menos estrutura (Branco *et al.*, 2020; Luna; Amaral, 2023; Silva Filho; Araújo, 2017).

Estudos específicos sobre evasão em cursos de ensino superior (Cielo *et al.*, 2020; Lima, 2025; Lopes, 2022; Schuarcz *et al.*, 2014) corroboram a importância de ações de permanência. Paralelamente, os Núcleos de Acessibilidade (NAs) e programas de nivelamento nas universidades são essenciais para garantir que estudantes com deficiência tenham as condições de estudo adequadas e que aqueles com defasagens educacionais.

O que apontam para um reflexo das desigualdades na educação básica e dos desafios em indicadores como PISA e IDEB (Avelar; Rocha; Novaes, 2020; Lima; Moreira, 2022; Lima; Moreira, 2024) possam nivelar seus conhecimentos. A qualidade da educação básica como um direito (Gottardo; Carneiro, 2015) e a infraestrutura escolar (Ferreira *et al.*, 2024) são bases fundamentais que impactam diretamente o sucesso no ensino superior.

Em síntese, as políticas de inclusão no ensino superior brasileiro formam um mosaico amplo, com cada peça desempenhando um papel vital na construção de uma educação mais democrática. Elas representam um passo fundamental para desconstruir um sistema historicamente excludente e para edificar um futuro em que o acesso ao conhecimento seja um direito, e não um privilégio.

O que perpassa pela vigilância e o aprimoramento contínuo dessas políticas são essenciais para garantir que o sonho de uma educação superior inclusiva se materialize plenamente para as próximas gerações, consolidando o caminho da educação brasileira rumo à equidade (Ribeiro; Oliveira, 2024).

2.2.3 – Expansão e interiorização do ensino superior público

A trajetória do ensino superior público no Brasil, especialmente nas últimas décadas, foi marcada por um movimento crucial de expansão e interiorização. Historicamente concentradas em grandes centros urbanos e capitais, as universidades e institutos federais, por meio de programas governamentais robustos, passaram a fincar raízes em cidades de médio e pequeno porte, levando oportunidades educacionais a regiões antes desassistidas. Essa estratégia não apenas democratizou o acesso ao conhecimento, mas também impulsionou o desenvolvimento local, embora não sem apresentar desafios significativos para a manutenção da qualidade e a sustentação dessas novas estruturas. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2013) já apontava para a necessidade de direcionar os rumos das universidades federais nesse sentido.

A expansão do ensino superior público foi um imperativo diante de um cenário de desigualdade regional e social (Castro, 2009). Por muito tempo, jovens do interior e de camadas sociais menos favorecidas tinham o acesso limitado ou impedido por barreiras geográficas e socioeconômicas. Programas como o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado a partir de 2007, foram decisivos nesse processo. O REUNI, em particular, buscou ampliar a oferta de vagas e cursos, priorizando a criação de novos campi e a consolidação de estruturas existentes. Essa capilaridade educacional é fundamental, pois permite que talentos antes ocultos pela falta de oportunidades possam florescer, contribuindo para o avanço científico, tecnológico e cultural do país.

A análise da educação superior brasileira e sua comparação com países da OCDE e do BRICS (Amaral, 2016; Chaves; Amaral, 2015) demonstram a importância da expansão como estratégia de desenvolvimento nacional. A trajetória recente do sistema de educação superior no Brasil (Diniz; Diniz, 2023) evidencia o sucesso na ampliação do número de matrículas e de instituições, mas também aponta para os desafios inerentes a essa rápida proliferação de vagas.

A interiorização do ensino superior público vai além da simples criação de campi. Ela representa uma nova dinâmica de desenvolvimento regional. A chegada de uma universidade ou instituto federal a uma cidade do interior gera um impacto versátil: estimula o comércio local, atrai profissionais qualificados, fomenta a pesquisa aplicada às necessidades regionais e, conseqüentemente, impulsiona a economia.

Além disso, a presença de uma instituição de ensino superior público na comunidade fortalece a identidade local e serve como um polo de irradiação cultural e social, transformando a vida de seus moradores e o perfil socioeconômico da região.

Os cursos oferecidos muitas vezes são desenhados para atender às demandas produtivas e sociais do entorno, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento e formação de mão de obra especializada. Essa sinergia entre a academia e o contexto local é um dos grandes ganhos da interiorização, conforme apontado por estudos sobre os desafios e perspectivas do ensino superior no Brasil (Cordeiro; Silva; Costa, 2021).

Contudo, a velocidade e a escala da expansão e interiorização trouxeram consigo importantes desafios. A qualidade da infraestrutura e dos recursos humanos nem sempre acompanhou o ritmo da criação de novas unidades. A falta de professores com titulação adequada, laboratórios bem equipados e bibliotecas atualizadas pode comprometer a excelência do ensino, um dilema que se reflete na discussão sobre a qualidade da educação básica (Gottardo; Carneiro, 2015) e a infraestrutura escolar (Ferreira *et al.*, 2024).

Além disso, a manutenção e o financiamento dessas novas estruturas exigem um compromisso contínuo e crescente do poder público. A questão do financiamento educacional no Brasil e em países da OCDE é um desafio central (Amaral, 2024), sendo crucial para que os campi interiorizados não se tornem "elefantes brancos" ou percam sua capacidade de inovação e pesquisa. A crise atual da universidade pública brasileira (Pereira, 2019) e as discussões sobre a mercantilização do setor educacional (Santos; Araújo, 2023) sublinham a complexidade desse desafio.

Em suma, a expansão e interiorização do ensino superior público no Brasil representam um avanço democrático inegável, levando a universidade para mais perto da população e transformando realidades locais. Embora os frutos desse investimento já sejam visíveis na maior diversidade dos estudantes e no desenvolvimento regional, é imperativo que o foco agora se volte para a consolidação e a qualificação dessas novas estruturas.

Garantir que o acesso seja acompanhado pela excelência acadêmica e pela sustentabilidade financeira é o próximo grande desafio para que essa política continue a ser um motor de transformação social e econômica em todo o país, trilhando o caminho rumo à equidade na educação brasileira (Ribeiro; Oliveira, 2024).

2.3 Contexto da Educação em Secretariado Executivo no Brasil

Exploraremos a seguir elementos essenciais à compreensão da Educação em Secretariado Executivo no Brasil. Detalharemos a legislação que regulamenta a profissão e suas responsabilidades, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que orientam a formação de nível superior, e a oferta atual dos cursos no país, incluindo modalidades de ensino e distribuição geográfica. Abordaremos também a produção científica na área, destacada pelos grupos de pesquisa existentes.

2.3.1 – Legislação

Detalharemos abaixo a legislação que rege a profissão de Secretário Executivo no Brasil, desde suas primeiras conquistas na década de 1970 até o reconhecimento formal e as leis que distinguem as atribuições de profissionais com formação técnica e superior.

O aprimoramento da formação e capacitação na área secretarial foi acompanhado por um movimento da classe trabalhadora que buscava melhores condições de trabalho, reconhecimento profissional e direitos trabalhistas (Muller, 2021).

As primeiras conquistas vieram na década de 1970. Conforme Barros (2021), "em 1970, no Rio de Janeiro, foi criada a primeira associação civil de secretarias, seguida por diversos ganhos para a profissão no Brasil." Posteriormente, foi promulgada a Lei n. 6.556, de 5 de setembro de 1978, que regulamenta a atividade de secretário. O reconhecimento profissional formal ocorreu em 1985, com a Lei n. 7.377, de 30 de setembro de 1985, que dispõe sobre o exercício da profissão de secretário.

A Lei n. 7.377/1985, complementada pela Lei n. 9.261, de 10 de janeiro de 1996, estabelece as diferenças entre o profissional de secretariado executivo com formação superior e o de nível técnico. Ambas as formações (técnica e superior) garantem o direito de exercer a profissão de secretário, mas as atribuições se distinguem. O profissional de nível superior, devido à sua formação, assume um papel mais estratégico e gerencial em atividades como assessoria, uso da informação e gestão documental. Já o de nível técnico executa tarefas mais operacionais, como organização de arquivos, correspondências, redação de documentos rotineiros e serviços de escritório (atendimento ao público, recepção, registro de informações e controle de compromissos e agendas).

Em abril de 1987, a Portaria nº 3.103 classificou o profissional de secretariado como categoria profissional diferenciada. Segundo Vieira e Zuin (2015), isso permitiu uma melhor organização da categoria devido ao enquadramento sindical.

A década de 1980 também foi marcada pelo surgimento de entidades associativas, como a Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSECC), a criação de sindicatos da categoria e a elaboração do Código de Ética do Profissional de Secretariado, publicado em 7 de julho de 1989. Esses marcos tiveram como objetivo debater, defender e priorizar os direitos dos profissionais de secretariado reconhecidos em legislação.

Mais recentemente, em 2011, foi iniciada a Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC), oficializada em 2013, com a finalidade de fomentar a pesquisa científica na área de secretariado.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a qual identifica as ocupações exercidas pelos trabalhadores, tanto nos setores públicos quanto privados no Brasil, enquadra a Secretária(o) Executiva(o) como parte do grupo dos profissionais de organização e administração de empresas, possuindo como código a numeração 2523-05. As nomenclaturas que aparecem como sinônimos são respectivamente: Assessor de diretoria; Assessor de presidência; Assistente de diretoria; Assistente de presidência; Auxiliar administrativo de diretoria; Auxiliar administrativo de presidência; Secretário de diretoria; Secretário de gabinete; Secretário de presidência; Secretário pleno; Secretário sênior.

2.3.2 – Diretrizes Curriculares Nacionais

Nesta seção abordaremos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Secretariado Executivo no Brasil, detalhando o perfil esperado do formando, as competências e habilidades que o curso deve desenvolver, a estrutura curricular (campos de formação, estágio e TCC), e os requisitos para os projetos pedagógicos das instituições de ensino, oferecendo um guia completo sobre a formação de nível superior nessa área.

Atualmente, as competências do Secretário Executivo no Brasil seguem, em regra, o que foi definido pelo Ministério da Educação (MEC), uma vez que ele permite a formação do profissional de Secretariado, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN),

A Resolução CNE/CES nº 3, de 23 de junho de 2005, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Secretariado Executivo, bacharelado. Este documento é fundamental para as Instituições de Ensino Superior (IES) na organização de seus currículos, visando a formação de profissionais qualificados para as demandas do mercado.

As DCN enfatizam que a organização do curso deve apresentar claramente o perfil do formando, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, os conteúdos curriculares, a duração do curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado e o trabalho de conclusão de curso (TCC), sendo os dois últimos opcionais para a instituição.

Conforme a Resolução CNE/CES nº 3, de 23 de junho de 2005, o projeto pedagógico do curso é um pilar central, devendo contemplar:

- ❖ Objetivos gerais contextualizados à inserção institucional, política, geográfica e social;
- ❖ Condições de oferta e a vocação do curso;
- ❖ Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- ❖ Formas de realização da interdisciplinaridade;
- ❖ Modos de integração entre teoria e prática;
- ❖ Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- ❖ Integração entre graduação e pós-graduação (quando houver);
- ❖ Incentivo à pesquisa;
- ❖ Concepção e composição do estágio curricular supervisionado e das atividades complementares.

Além disso, os projetos pedagógicos podem admitir linhas de formação específicas em áreas como atividades gerenciais, assessoramento, empreendedorismo e consultoria, para atender às necessidades do mercado ou da região.

De acordo com a DCN do curso de secretariado executivo, o perfil desejado para o formando em Secretariado Executivo é de um profissional com capacitação e aptidão para compreender questões científicas, acadêmicas, tecnológicas e estratégicas de sua área, assegurando desempenho eficaz em diversas funções, com gerenciamento sensível, competente e discreto do fluxo de informações e comunicações.

O bacharel deve possuir uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos, aptidão para outros ramos do saber e postura reflexiva e crítica. Isso fomenta a capacidade de gerir processos e pessoas e de atuar nos níveis micro, meso e macroorganizacional.

Ainda conforme a DCN do curso, as competências e habilidades que o curso deve possibilitar incluem:

- ❖ Capacidade de articulação de acordo com os níveis de competências das organizações;
- ❖ Visão generalista da organização e suas relações hierárquicas;
- ❖ Exercício de funções gerenciais (planejamento, organização, controle e direção);
- ❖ Utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico;
- ❖ Habilidade para lidar com modelos inovadores de gestão;
- ❖ Domínio dos recursos de expressão e comunicação, inclusive negociação;
- ❖ Receptividade e liderança para o trabalho em equipe;
- ❖ Adoção de meios alternativos para melhoria da qualidade e produtividade;
- ❖ Gerenciamento de informações;
- ❖ Gestão e assessoria administrativa;
- ❖ Maximização e otimização dos recursos tecnológicos;
- ❖ Eficaz utilização de técnicas secretariais com renovadas tecnologias;
- ❖ Iniciativa, criatividade, determinação, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência ética;

Os cursos devem contemplar três campos interligados de formação:

- ❖ Conteúdos básicos: estudos relacionados às ciências sociais, jurídicas, econômicas, da comunicação e da informação;
- ❖ Conteúdos específicos: técnicas secretariais, gestão secretarial, administração e planejamento estratégico, organização e métodos, psicologia empresarial, ética geral e

profissional, domínio de, no mínimo, uma língua estrangeira e aprofundamento da língua nacional;

- ❖ Conteúdos teórico-práticos: laboratórios informatizados, estágio curricular supervisionado e atividades complementares, com ênfase em sistemas de comunicação e softwares.

A DCN ainda relata que o estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório e essencial para a consolidação dos desempenhos profissionais. As instituições devem aprovar um regulamento próprio, podendo o estágio ser realizado na própria instituição por meio de laboratórios.

As atividades complementares são componentes curriculares que reconhecem habilidades, conhecimentos e competências adquiridas pelo aluno, inclusive fora do ambiente escolar, abrangendo estudos independentes, atividades transversais e de extensão. Elas enriquecem o perfil do formando, mas não se confundem com o estágio.

No mesmo sentido a DCN afirma que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição, podendo ser desenvolvido como monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades teóricas e práticas. Se adotado, a instituição deve emitir regulamentação própria com critérios de avaliação e diretrizes técnicas.

Em linha com a DCN, as instituições devem adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, que envolvam todos os aspectos do curso e identifiquem o perfil do formando. Os planos de ensino devem conter metodologia, critérios de avaliação e bibliografia básica.

A duração do curso de graduação em Secretariado Executivo será estabelecida em resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Em suma, a Resolução CNE/CES nº 3/2005 delinea um modelo de formação para o Secretariado Executivo que busca um profissional com sólida base humanística e técnica, capaz de atuar de forma estratégica, proativa e ética em diversos contextos organizacionais.

2.3.3 – Cursos de Secretariado Executivo

Neste tópico traremos um panorama da oferta do curso de Secretariado Executivo no Brasil, detalhando as nomenclaturas e graus mais comuns (Bacharelado) e a crescente relevância da proficiência em idiomas (cursos bilíngues e trilíngues). Também elaboraremos uma análise das modalidades de ensino (presencial e a distância), a distribuição regional dos cursos públicos.

A oferta do curso de Secretariado Executivo no Brasil, presente em 35 Instituições

de Ensino Superior (IES) distintas, demonstra uma notável consolidação do perfil profissional do secretário executivo. Essa abrangência não apenas reflete o reconhecimento da importância dessa área no cenário corporativo, mas também indica uma capacidade das instituições de ensino de se adaptarem e responderem às novas e dinâmicas demandas do mercado de trabalho, preparando profissionais mais alinhados com as exigências contemporâneas.

Tabela 1 – Nomenclaturas usadas para identificação do curso

Nomenclaturas do usadas	Quantidade de IES
Secretariado Executivo	29
Secretariado	3
Secretariado Executivo – Bilíngue	2
Secretariado Executivo Trilíngue	1

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>

A prevalência da nomenclatura "Secretariado Executivo" (Tabela 1), que sozinha é adotada por 29 das IES, em conjunto com a dominância da modalidade de Bacharelado (também presente em 29 IES) (Tabela 2), sublinha uma clara valorização da formação acadêmica robusta e abrangente para a atuação profissional nessa área. Essa preferência por um currículo mais aprofundado e com duração mais longa sugere que o mercado e as instituições de ensino buscam secretários executivos com um sólido embasamento teórico e prático, capazes de desempenhar funções estratégicas e complexas, indo além das atividades puramente operacionais.

Tabela 2 – Graus usados na oferta do curso e modalidade de ensino

Grau	Quantidade de IES
Bacharelado	29
Tecnológico	5
Sequencial	1
Modalidade	Quantidade de IES
EaD	12
Presencial	25

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>

Paralelamente, a existência de cursos bilíngues (oferecidos por 3 IES) e até trilíngues (presente em 1 IES) (Tabela 1) ressalta a crescente e inegável relevância da proficiência em idiomas para o profissional de secretariado executivo moderno. Em um cenário de intensa globalização, a capacidade de comunicação em múltiplas línguas não é apenas um

diferencial, mas uma competência essencial para atuar em contextos internacionais, lidar com clientes e parceiros estrangeiros, e acessar oportunidades em empresas multinacionais, consolidando o secretário executivo como um elo vital na comunicação global.

Ainda que o formato presencial continue sendo o mais comum, com 25 IES oferecendo o curso nessa modalidade, a significativa presença do Ensino a Distância (EaD), com 12 IES disponibilizando essa opção, é um forte indicativo da flexibilização do acesso à educação no Brasil. Essa expansão do EaD demonstra a capacidade das instituições de ensino em se adaptar às necessidades de um público cada vez mais diversificado, que busca maior autonomia no aprendizado e flexibilidade de horários, seja por conciliação com o trabalho, distância geográfica ou outras demandas pessoais.

Tabela 3 – Curso de Secretariado Executivo em Instituições Públicas

Região	Estado	Quantidade
Norte	PA (Pará)	1
	RR (Roraima)	1
Nordeste	BA (Bahia)	1
	CE (Ceará)	1
	PB (Paraíba)	1
	PE (Pernambuco)	1
	SE (Sergipe)	1
Centro – Oeste	DF (Brasília)	1
	MT (Mato Grosso)	1
Sudeste	SP (São Paulo)	1
	MG (Minas Gerais)	1
Sul	PR (Paraná)	5
	SC (Santa Catarina)	1

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

Em relação a divisão por região (Tabela 3), a região Sul se destaca particularmente, não apenas por abrigar seis cursos de secretariado executivo, mas pela concentração notável de cinco dessas ofertas em um único estado: o Paraná. Essa concentração pode sugerir uma forte demanda local por esses profissionais ou um reconhecimento específico da importância da formação em secretariado executivo nas atividades econômicas e industriais daquele estado.

Por outro lado, a região nordeste sobressai pela amplitude de sua oferta, com cursos distribuídos em cinco de seus estados. Embora possa não ter o mesmo número total de cursos que a região sul, a presença em mais estados indica uma disseminação mais homogênea da

oportunidade de formação em secretariado executivo pela região. Isso é positivo para o desenvolvimento regional, pois oferece acesso a essa qualificação em diferentes pontos do Nordeste, contribuindo para a profissionalização e o fortalecimento do mercado de trabalho local em diversas localidades.

A ausência de opções de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) para o curso de Secretariado Executivo no Brasil representa um gargalo significativo para o avanço da área como campo de conhecimento e pesquisa. Sem esses programas, o desenvolvimento de pesquisas aprofundadas, a formação de novos professores e pesquisadores especializados e a produção de teoria original ficam comprometidos.

Isso impede que a área se consolide academicamente, limitando a criação de um corpo de conhecimento robusto e a elevação do nível de discussão sobre as práticas e o futuro da profissão. Em comparação com outras áreas profissionais, o Secretariado Executivo permanece em desvantagem no cenário acadêmico, o que pode impactar sua percepção e reconhecimento no mercado de trabalho.

2.3.4 – Grupos de pesquisa no CNPq

A seguir descreveremos a estrutura e o papel dos grupos de pesquisa em Secretariado Executivo no Brasil.

Os grupos de pesquisa representam um pilar fundamental na estrutura da produção científica, atuando como ambientes colaborativos onde o conhecimento é gerado e disseminado. Conforme o CNPq, a organização desses grupos é intrinsecamente hierárquica, centrada em um ou, ocasionalmente, dois líderes. A escolha desses líderes é um processo criterioso, que considera não apenas a qualificação acadêmica e os trabalhos realizados, mas também a disponibilidade e o grau de envolvimento com a pesquisa. Essa liderança é complementada por uma equipe diversificada, composta por outros pesquisadores e estudantes, que podem estar em diferentes estágios de suas formações, desde a graduação até a pós-graduação. Essa diversidade de formação e experiência é, de fato, um dos pontos fortes desses grupos, como ressaltam Sá e Lordêlo (2015), ao afirmarem que os grupos de pesquisa são caracterizados por uma composição heterogênea de pesquisadores.

A essência da existência desses grupos reside na troca e fomento de aprendizagens, um objetivo principal apontado por Lima e Amaral (2008). A participação ativa de seus membros nos processos de pesquisa não só enriquece individualmente cada integrante, mas também impulsiona a construção coletiva do conhecimento. Essa dinâmica de colaboração e

aprendizado mútuo é o que permite aos grupos de pesquisa avançar em suas respectivas áreas de atuação.

No contexto brasileiro, o campo do Secretariado Executivo tem demonstrado um notável amadurecimento como área científica, evidenciado pela presença de grupos de pesquisa dedicados e registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq (Tabela 1). A existência desses dez grupos é crucial para o desenvolvimento científico da área, pois promovem estudos que, por sua vez, fortalecem a identidade acadêmica e profissional do secretariado no Brasil.

Tabela 4 – Lista dos grupos de estudos elencados no CNPq

Nome do Grupo de Pesquisa	Instituição	Líder(es)	Área Principal
GELDICS – Grupo de Estudos e Pesquisa na Linguagem do Direito, Contabilidade e Secretariado	UFPB	Daniel César Franklin Chacon, Eddla Karina Gomes Pereira	Direito
Gestão do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas	UNICENTRO	Mabia Camargo, Vania Silva de Souza Bilert	Ciência da Informação
GAEXS – Gestão, Assessoria Executiva, Secretariado e Sociedade	IFB	Vera Lúcia Ribeiro de Carvalho Bueno, Jefferson S. de Moura	Administração
GEPES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo	UFC	Conceição de Maria P. Barros, Joelma Soares da Silva	Administração
Grupo de Pesquisa em Práticas Secretariais	UFS	Sueli Maria da Silva Pereira	Administração
Grupo de Pesquisa em Secretariado Executivo Bilingue	UNIOESTE	Carla Maria Schmidt, Patricia S. Sala Battisti	Administração
GILESEC – Grupo Interdisciplinar Latinoamericano de Estudos e Pesquisa em Secretariado Executivo	UFPB	Cibelle da Silva Santiago	Administração
NIEX – Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Secretariado Executivo	UFV	Débora Carneiro Zuin	Administração
Observatório Latino-Americano de Pesquisa em Secretariado Executivo	UFPE	Chussy Karlla S. Antunes, Alberto Santos Arruda	Administração
Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado	UFSC	Cibele Barsalini Martins, Katia Denise Moreira	Administração

Fonte: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf

Um ponto de destaque é o fato de que a totalidade desses grupos está vinculada a instituições públicas, sejam elas universidades ou institutos federais. Essa característica reforça o compromisso com a pesquisa de caráter público, inclusivo e de qualidade, garantindo que os resultados gerados beneficiem a sociedade como um todo e que a pesquisa seja conduzida sob os mais altos padrões éticos e científicos.

Estudos recentes apontam um aumento significativo nas publicações da área, especialmente nos últimos anos (Sanchez *et al.*, 2014). A pesquisa abrange temas diversos, demonstrando a amplitude e complexidade da profissão, bem como sua capacidade de

articulação com outras disciplinas (Sanches-Canevesi *et al.*, 2020). A produção científica atual reflete uma identidade baseada na práxis, com potencial enquadramento nas Ciências Sociais Aplicadas, especificamente na área de Administração (Cruz; Correia, 2020). Esses estudos importantes para o processo de institucionalização científica do Secretariado Executivo, fortalecendo sua legitimidade como campo de pesquisa.

A liderança acadêmica desses grupos, exercida por docentes e pesquisadores com atuação consolidada e reconhecida, é um fator crucial. Essa liderança qualificada assegura a produção de conhecimento de alto nível, contribuindo diretamente para o avanço teórico e prático do Secretariado Executivo, elevando seu status e relevância no cenário acadêmico e profissional brasileiro.

A análise da distribuição de cursos e grupos de pesquisa em Secretariado Executivo no Brasil revela um panorama dinâmico, onde algumas regiões se destacam na formação e outras na produção de conhecimento. Essa visão comparativa é crucial para entender o desenvolvimento da área em nível nacional.

Ao observar os dados, percebe-se que a região sul lidera em número de cursos de secretariado executivo, com 6 instituições (cinco no Paraná e um em Santa Catarina). Isso indica uma forte aposta na formação de profissionais nessa área. Contudo, quando analisamos os grupos de pesquisa, a região nordeste sobressai com cinco grupos (um no Ceará, um em Pernambuco, um em Sergipe e dois na Paraíba), demonstrando um vigor na pesquisa e no desenvolvimento teórico da profissão.

Apesar da concentração de cursos, a região sul possui três grupos de pesquisa (dois no Paraná e um em Santa Catarina), mostrando um equilíbrio entre formação e pesquisa, mas ainda abaixo do Nordeste.

O Norte e o Centro-Oeste apresentam um número mais modesto de cursos e grupos de pesquisa. A região norte conta com dois cursos (um no Pará e um em Roraima) e nenhum grupo de pesquisa explicitamente registrado no CNPq, sugerindo uma lacuna na produção de conhecimento formal na área. O centro-oeste, com dois cursos (um no Mato Grosso e um em Brasília) e apenas um grupo de pesquisa em Brasília, também aponta para um cenário em desenvolvimento, mas ainda com espaço para expansão.

A região sudeste, embora sendo um polo econômico e educacional, apresenta dois cursos (um em São Paulo e um em Minas Gerais) e apenas um grupo de pesquisa em Minas Gerais, o que pode indicar uma oportunidade para maior investimento em pesquisa na área de secretariado executivo, considerando sua relevância para o mercado de trabalho.

A distribuição geográfica dos grupos de pesquisa em secretariado executivo pelo território nacional é um indicador relevante do crescimento da área. Essa representatividade em diferentes regiões do país aponta para um fortalecimento da pesquisa em diversas realidades socioculturais.

Ao estarem presentes em estados como Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Brasília, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, esses grupos promovem um diálogo contínuo entre a teoria e a prática, adaptando os estudos às necessidades específicas de cada contexto regional. Isso garante que a pesquisa seja não apenas academicamente rigorosa, mas também relevante para as demandas do mercado e da sociedade brasileira.

Em resumo, enquanto a oferta de cursos de secretariado executivo está bem distribuída, com destaque para a região sul, a produção de pesquisa, evidenciada pelos grupos do CNPq, encontra maior efervescência no Nordeste. Essa visão comparativa ressalta as áreas de força e as oportunidades de desenvolvimento para o secretariado executivo no Brasil.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica é crucial para o avanço do conhecimento e para aprimorar a qualidade de vida, conforme apontado por Abdalla (2016). Ela se caracteriza como uma atividade investigativa que gera novas descobertas e enriquece a vida intelectual, demandando planejamento cuidadoso e conformidade com as normas científicas (Abdalla, 2016).

Para Gil (2002, p.17), a pesquisa científica é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Dessa forma, a pesquisa científica se estabelece como um pilar fundamental não apenas para a expansão do saber, mas também para a resolução de desafios práticos em diversas áreas, impulsionando o progresso da sociedade.

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. A pesquisa quantitativa, conforme Knechtel (2014), trabalha com variáveis numéricas que são analisadas para quantificar dados. Por outro lado, a pesquisa qualitativa, segundo Roesch (2007), parte de conjuntos e de conceitos mais amplos, com seu conteúdo se consolidando durante o processo de coleta.

A combinação dessas abordagens permitirá uma compreensão mais completa e aprofundada do fenômeno estudado, integrando a mensuração de dados com a exploração de significados e contextos.

Quanto a classificação da pesquisa referente aos fins é explicativa e descritiva. Segundo Gil (2002, p, 42),

Essas pesquisas (explicativa) têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. A pesquisa explicativa objetiva identificar os fatores que determinam ou influenciam para a ocorrência de um fenômeno.

Assim, nosso estudo busca desvendar as causas e os "porquês" por trás dos fenômenos observados, ao mesmo tempo em que oferece um retrato detalhado do cenário em questão.

“As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p.42).

Esta classificação é adequada, pois o objetivo deste estudo é identificar os fatores que podem levar a uma futura evasão de alunos do curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará.

Ao buscar estes fatores que levam à evasão, não estamos apenas observando que a evasão ocorre, mas sim tentando entender as causas subjacentes buscando estabelecer relações entre essas variáveis a esse fenômeno.

A pesquisa se classifica quanto aos procedimentos como pesquisa de levantamento (survey) e estudo de caso. Ela emprega um levantamento ao coletar dados de um grupo específico de alunos (os 24 respondentes), buscando descrever suas características e as relações entre as variáveis que influenciam a evasão.

Concomitantemente, é um estudo de caso por focar profundamente em uma única unidade de análise: o curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC). Essa combinação permite tanto a coleta de informações de um grupo para identificar tendências quanto uma análise aprofundada de um fenômeno específico dentro de um contexto delimitado.

3.2 Técnica e instrumento de geração de dados

O instrumento de geração de dados utilizado foi o questionário “[...] o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato” (Gil, 2022, p.115).

Para elaborar o questionário, seguimos as diretrizes de Gil (2002), que preconiza a tradução dos objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Com esse propósito, adotamos um modelo estruturado para a construção do instrumento, apresentado no Apêndice A. Nesse modelo, o processo de construção foi dividido em etapas claras:

- a) definição dos objetivos: inicialmente, listamos os objetivos geral e específicos da pesquisa na primeira coluna. Essa etapa é crucial, pois cada pergunta do questionário deve estar diretamente alinhada a um desses objetivos, garantindo que todas as informações coletadas sejam relevantes para a investigação;
- b) referencial teórico: na coluna adjacente, inserimos o referencial teórico pertinente a cada objetivo. Isso assegurou que as questões fossem fundamentadas em conceitos e discussões acadêmicas já estabelecidas, proporcionando uma base sólida para a construção dos itens e a posterior análise dos dados;
- c) elaboração dos tópicos de perguntas: por fim, para cada objetivo e seu respectivo referencial teórico, desenvolvemos tópicos de perguntas. Esses

tópicos serviram como base para a redação das questões que compõem o questionário, visando coletar os dados necessários para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

Esse método permitiu uma construção sistemática do questionário, garantindo que cada pergunta contribuísse diretamente para a investigação dos fatores de evasão, conforme os objetivos do estudo e embasada na literatura científica.

O questionário foi elaborado no aplicativo Google Forms e dividido em quatro seções: a primeira traça o perfil do respondente (faixa etária, gênero e ano de ingresso), são três perguntas fechadas, com opções de resposta. A segunda seção é composta por nove perguntas, sendo cinco abertas e quatro com opções de marcar, nesta divisão abordamos perguntas sobre a escolha do curso, a percepção do aluno sobre o curso e o mercado de trabalho, a intenção de mudança de curso e sua maior dificuldade em relação ao curso.

Na terceira seção é composta por cinco perguntas sendo uma aberta e as demais com opções de marcar mais de uma opção (caso desejado), foi abordado possíveis dificuldade com disciplina, elencadas possíveis situações que poderiam fazer um aluno a desistir do curso no âmbito relacional e socioeconômico, e afirmativas sobre os professores e coordenação do curso. Por fim, na última seção composta por seis perguntas, sendo uma aberta, abordamos questões de moradia, deslocamento diário, meio de transporte, segurança e infraestrutura.

Após a elaboração do questionário, realizamos um pré-teste, uma etapa fundamental para garantir a qualidade do instrumento de coleta de dados. Conforme destaca Gil (2002, p. 119), o pré-teste "está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir".

Para isso, selecionamos cinco alunos do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC) que não fazem parte do universo da pesquisa principal. Optamos por estudantes de semestres mais avançados, que já possuem uma compreensão mais aprofundada do curso e do ambiente acadêmico, mas que não seriam os sujeitos diretos do estudo. Foi enviado o link de acesso do questionário para eles através do aplicativo WhatsApp. O feedback obtido foi positivo, pois, eles não sentiram dificuldades e não indicaram necessidade de mudanças.

A técnica de geração de dados é a aplicação do questionário, esta técnica possibilita “a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados” (Gil, 2022, p.115).

A aplicação do questionário aos participantes da pesquisa foi realizada entre os dias 30/06/2025 a 08/07/2025. Para isso, o *link* de acesso ao questionário, acompanhado de uma breve explicação sobre o estudo, foi enviado por e-mail e por meio de grupos de WhatsApp

3.3 Sujeitos da pesquisa

Quando falamos em universo de pesquisa, nos referimos a um conjunto de elementos, sejam eles seres vivos ou inanimados, que possuem pelo menos uma característica em comum, conforme a conceituação de Marconi e Lakatos (2003).

Estudos sobre o ensino superior consistentemente apontam que as taxas de evasão são significativamente mais altas nas fases iniciais dos cursos, especialmente durante o primeiro ano (Nierotka *et al.*, 2023; Klitzke; Carvalhaes, 2023; Prim; Fávero, 2013; Peixoto, 2018). Levando isso em consideração, definimos como sujeitos desta pesquisa os alunos que ingressaram mais recentemente no curso.

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), o ingresso no curso de Secretariado Executivo ocorre anualmente. Isso significa que, no semestre atual, temos estudantes em diversos períodos (1º, 3º, 5º, 7º, etc.). Considerando que a solicitação de mudança de curso só é permitida após a conclusão de todas as disciplinas obrigatórias do primeiro ano, optamos por focar a aplicação da pesquisa nos alunos do 1º e 3º semestres, correspondendo às turmas de 2025.1 e 2024.1, respectivamente.

Essa escolha estratégica nos permite investigar o fenômeno da evasão no seu período mais crítico, capturando as percepções e os desafios enfrentados tanto pelos alunos que estão se adaptando à vida universitária quanto por aqueles que acabaram de concluir o primeiro ano do curso.

Para ilustrar a relevância dessa escolha, observamos que a turma de 2024.1, que ingressou com 62 alunos, atualmente conta com apenas 39 alunos ativos. Da mesma forma, a turma de 2025.1, que teve um ingresso de 69 alunos, já apresenta 51 alunos com matrícula ativa, evidenciando uma baixa significativa em menos de seis meses de aula (Neto; Leal, 2020). Esses dados preliminares reforçam a urgência e a pertinência de investigar os fatores que contribuem para a evasão nesses estágios iniciais.

Para garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes desta pesquisa, as respostas qualitativas coletadas foram codificadas. Dessa forma, ao apresentar os resultados, utilizamos identificadores genéricos como R1, R2, R3, e assim por diante, para referenciar as contribuições individuais, protegendo a identidade de cada um dos respondentes.

3.4 Apresentação e análise dos dados

A parte quantitativa da pesquisa, composta pelas perguntas fechadas do questionário, foi apresentada visualmente por meio de gráficos e/ou tabelas. A análise desses dados será realizada utilizando a estatística descritiva, com foco na frequência.

Analisar por estatística descritiva por meio da frequência é uma abordagem essencial para resumir e organizar os dados coletados. Basicamente, consiste em contar e registrar a ocorrência de cada resposta ou categoria dentro do conjunto de dados (Bussab; Morettin, 2023). Para os autores, essa técnica é crucial porque transforma um grande volume de respostas individuais em informações concisas e compreensíveis.

Para a análise dos dados qualitativos desta pesquisa, nuvem de palavras é uma técnica de representação visual usada em contextos educacionais e de pesquisa. Ela tem sido aplicada como estratégia pedagógica em programas de formação de professores, promovendo familiaridade com Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e assimilação de conteúdo (Prais; Rosa, 2017).

O uso da nuvem de palavras busca facilitar a interpretação de dados (Vilela; Ribeiro; Batista, *et al.*, 2020), também usada na avaliação de percepções do consumidor, oferecendo representações visuais comparáveis aos métodos de análise convencionais (Vieira *et al.*, 2024) bem como, permitir a visualização de conceitos-chave e apoiando a compreensão do conteúdo (Duarte *et al.*, 2023). No geral, a nuvem de palavras surge como uma ferramenta versátil para análise de conteúdo, visualização de dados e aprimoramento educacional em várias disciplinas.

O processo de análise seguiu da seguinte forma:

- a) coleta e organização dos dados: as respostas qualitativas dos questionários serão primeiramente compiladas em um único documento de texto.
- b) pré-processamento textual: antes da geração das nuvens de palavras, os textos passarão por um rigoroso processo de limpeza para otimizar a visualização e a acurácia da frequência dos termos. Conforme sugerido por Rodrigues e Souza (2020), essa etapa incluirá:
 - a. Remoção de *stop words*: Palavras comuns da língua portuguesa que não agregam significado relevante para a análise (ex: "de", "a", "o", "e", "para", "um", "uma").

- b. Normalização: Conversão de todas as letras para minúsculas, garantindo que variações de caixa alta e baixa da mesma palavra sejam contabilizadas como um único termo.
 - c. Remoção de pontuações e caracteres especiais: Caracteres como vírgulas, pontos, interrogações e símbolos serão excluídos para focar apenas nas palavras.
 - d. Lematização ou Radicalização: Redução de palavras às suas formas lexicais básicas (ex: "correndo", "correu" para "correr"), a fim de agrupar termos com o mesmo radical e significado.
- c) geração das nuvens de palavras: Após o pré-processamento, os textos serão inseridos em uma ferramenta de geração de nuvem de palavras com suporte do software R. O R é um software livre e linguagem de programação para computação estatística e gráficos, amplamente utilizado para análise e visualização de dados através de pacotes extensíveis, sua natureza de código aberto e a vasta comunidade tornam-no uma ferramenta essencial para cientistas de todas as áreas (Antoch, 2008). Essa ferramenta calculará a frequência de cada termo, apresentando-os visualmente em tamanhos proporcionais à sua recorrência no conjunto de dados. Como ressaltam Silva e Oliveira (2018), a visualização de dados facilita a compreensão de grandes volumes de informação.

Em resumo, a técnica de apresentação das informações em nuvem de palavras permitirá uma compreensão visual e inicial dos dados qualitativos, subsidiando a identificação de padrões e a formação de categorias temáticas para a discussão dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta seção, apresentaremos a análise detalhada dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos alunos do primeiro e terceiro semestres do curso de Secretariado Executivo da UFC.

4.1 Perfil dos alunos respondentes

Na tabela 5, apresenta-se o perfil demográfico da amostra dos 24 alunos respondentes do questionário enviado via link eletrônico.

A maioria dos participantes, 58% dos alunos, tem entre 18 e 20 anos. Essa concentração etária coincide com o período em que a maioria dos estudantes brasileiros conclui o ensino médio e inicia a graduação, conforme dados do MEC (2023).

Tabela 5 – Faixa etária e ano de ingresso

	Categoria	Fr. Absoluta	Fr. Relativa
Qual a sua faixa etária?	Menor de 18 anos	1	4,2%
	18 - 20 anos	14	58,3%
	21 - 25 anos	3	12,5%
	26 - 30 anos	5	20,8%
	Acima de 40 anos	1	4,2%
Qual seu ano de ingresso?	2024.1	7	29,2%
	2025.1	17	70,8%

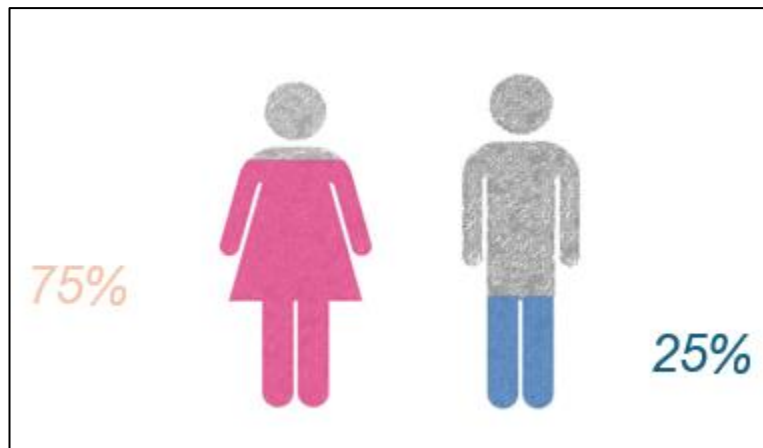
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Com base na tabela acima, percebe-se que a turma de 2024.1, por exemplo, sete dos 39 alunos ativos (aproximadamente 18%) responderam ao questionário.

A turma de 2025.1, com 51 alunos ativos, teve uma adesão um pouco maior, com 17 participantes (cerca de 33%) contribuindo com suas respostas. Esses números dão uma ideia de como a pesquisa capturou a opinião dos alunos ingressantes.

Na Figura 01, observa-se a distribuição do gênero da amostra, a pesquisa confirmou uma forte presença feminina, com 75% dos respondentes sendo mulheres.

Figura 1 – Distribuição por gênero



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Este dado não é surpreendente, pois reflete um fenômeno histórico, social e cultural amplamente observado na formação de secretariado executivo no qual esta profissão é tida como feminina (MEC, 2023). Estudos recentes sobre estudantes universitários brasileiros revelam que em todo o país, a maioria dos estudantes é do gênero feminino, com idade entre 19 e 24 anos (Mariuzzo, 2023).

4.2 Percepção dos alunos sobre a escolha, mudança e dificuldade do curso, e a visão do mercado de trabalho.

O curso de Secretariado Executivo na UFC/FEAAC assim como em outros cursos um desafio notável de baixa taxa de sucesso (36%) e evasão, contrastando com a excelência geral das universidades federais (MEC, 2023). Essa realidade reflete problemas mais amplos identificados em pesquisas sobre a área, como expectativas profissionais desalinhadas, percepção da relevância da profissão e questões socioeconômicas, além de uma busca por cursos com maior afinidade e melhores oportunidades, conforme evidenciado por estudos internos da própria UFC (UFC, 2023)

Para compreender a fundo o perfil dos alunos nesta seção, é fundamental entender o processo de ingresso no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC). O acesso a este curso se dá, como na maioria das instituições públicas brasileiras, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que utiliza exclusivamente a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

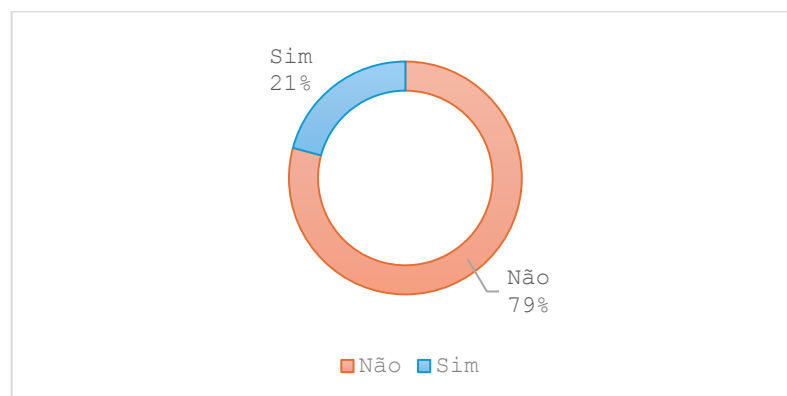
O SISU é a principal porta de entrada para cursos de graduação em universidades federais e estaduais no Brasil. Para se candidatar ao curso de Secretariado Executivo da UFC, o processo ocorre da seguinte forma (MEC, 2023):

- a) inscrição: o candidato deve acessar o portal oficial do SISU durante o período de inscrições, utilizando seu número de inscrição e senha do ENEM mais recente;
- b) escolha de cursos: é possível selecionar até duas opções de curso, indicando a ordem de preferência (primeira e segunda opções). A primeira opção é sempre a prioridade do candidato.
- c) modalidades de concorrência: cada curso oferece vagas em diferentes modalidades de concorrência, como ampla concorrência e cotas (sociais, raciais, para pessoas com deficiência, etc.), conforme a legislação vigente e as políticas da universidade.

A seleção é baseada na média das notas obtidas nas cinco provas do ENEM. A classificação dos candidatos respeita o limite de vagas disponíveis para cada curso e a modalidade de concorrência escolhida, sendo importante notar que o candidato será selecionado para apenas uma das opções e mais, se for selecionado na primeira opção de curso, sua nota do ENEM não será considerada para a segunda opção, observa-se também que a nota para a segunda opção só é utilizada caso o candidato não seja selecionado na primeira (MEC, 2023).

Conforme Martins e Machado (2018, p. 56) “Fatores como características individuais, relação candidato-vaga, duração do curso e incentivos econômicos influenciam a escolha do curso superior entre estudantes brasileiros.” Abaixo, observa-se a distribuição dos alunos que selecionaram como primeira opção o curso de secretariado executivo.

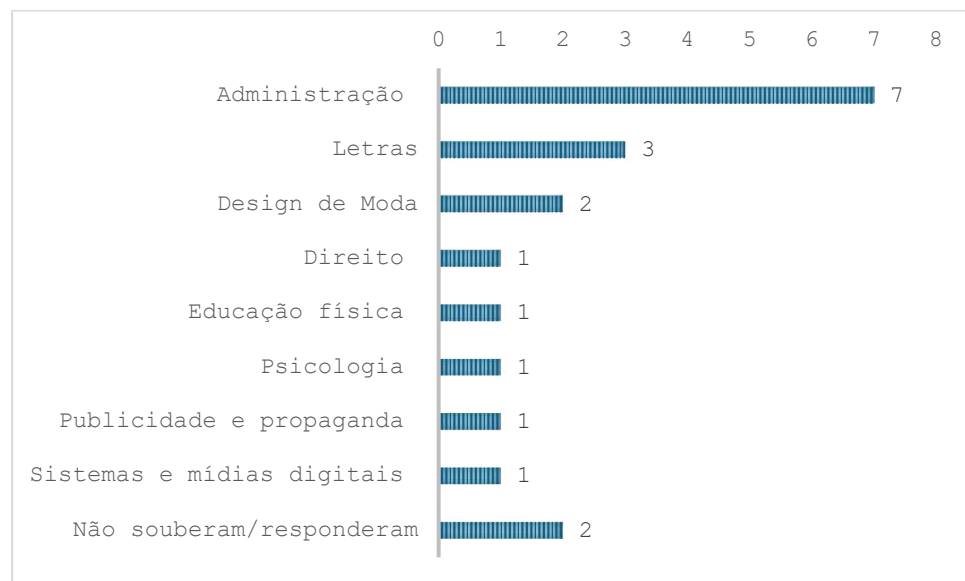
Gráfico 1 – O curso de Secretariado Executivo foi 1ª opção no Sisu



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise da escolha do curso no SISU revela um dado interessante: para a maioria dos participantes, especificamente 79% (equivalente a 19 alunos), o curso de Secretariado Executivo não foi a primeira opção. Isso indica que, para esses estudantes, o ingresso em Secretariado Executivo não representava a prioridade inicial em sua jornada acadêmica.

Gráfico 2 – Qual foi a sua 1ª escolha no Sisu?*



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Legenda: * Somente para os 19 respondentes que informaram a opção “não” na pergunta anterior.

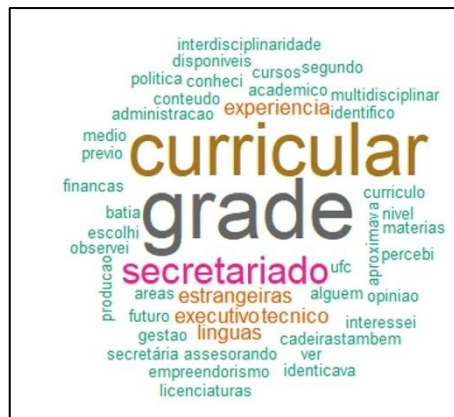
Entre os alunos que indicaram que Secretariado Executivo não era sua primeira escolha, a diversidade de cursos preferidos é notável. Sete alunos (o maior grupo) tinham Administração como sua principal opção. Os demais se distribuíram por uma variedade de áreas, incluindo: letras (3), design de moda (2 alunos), psicologia, sistemas e mídias digitais, publicidade e propaganda, direito, educação física.

É importante mencionar que um aluno não forneceu sua primeira opção, e outro expressou uma experiência de descoberta: "No meu caso, como não sabia e nem sei ainda o que quero, foi uma descoberta, coloquei vários cursos e acabei encontrando esse, pesquisei sobre e me interessei quando vi a grade curricular do curso"(Respondente 17). Essa citação ressalta que, para alguns, a escolha do curso no SISU pode ser um processo de exploração e adaptação, em vez de uma decisão pré-definida.

Ao questionarmos os alunos sobre os motivos que os levaram a considerar o curso de Secretariado Executivo como uma opção no SISU, as respostas indicam uma combinação de fatores, conforme Figura 2.

A maioria, 15 alunos, citou a grade curricular como o principal atrativo. Outros 4 alunos mencionaram ter tido nota suficiente para ingressar no curso, enquanto 2 alunos apontaram tanto a grade curricular quanto a nota. Houve também 2 casos de alunos que já possuíam formação técnica em Secretariado e buscaram a continuidade da formação superior. Apenas 1 aluno não respondeu à pergunta.

Figura 2 – Motivo da escolha do curso de secretariado executivo



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

As respostas dos alunos que destacaram a grade curricular como motivador se alinham perfeitamente com a proposta do curso de Secretariado Executivo da UFC, conforme descrito em seu Projeto Pedagógico (2023).

O documento enfatiza a natureza interdisciplinar da área, que se inter-relaciona com teorias e estudos de diversos campos do conhecimento. Essa abordagem abrangente visa equipar o profissional para colaborar de forma eficaz na conquista de objetivos organizacionais e sociais.

O projeto pedagógico detalha a integração de conhecimentos de distintas áreas: ciências sociais aplicadas (com disciplinas de administração, economia, contabilidade e direito), ciências humanas (incluindo educação, psicologia, sociologia, filosofia, ética e responsabilidade social), letras (com foco em língua portuguesa e línguas estrangeiras), e ciências exatas (abrangendo estatística e matemática financeira).

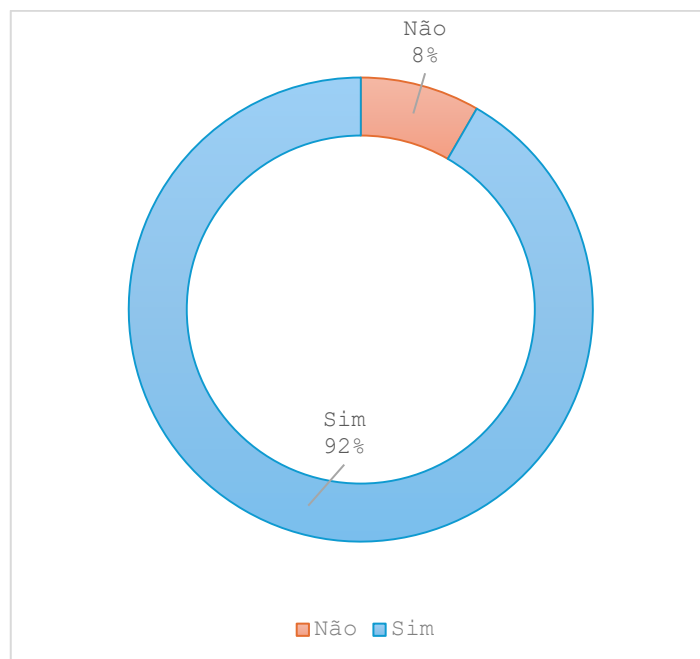
Todos esses saberes são considerados fundamentais para a atuação estratégica do secretário executivo moderno. A interdisciplinaridade é implementada por meio de disciplinas

cujos conteúdos dialogam entre si e com os conteúdos específicos de Secretariado. As respostas dos alunos reforçam a percepção de que muitos deles realizaram uma pesquisa prévia sobre o curso antes de se candidatarem.

É evidente, portanto, que a abrangência do curso e sua natureza inter/multidisciplinar tornam-no interessante para os candidatos.

A pesquisa revelou que a grande maioria dos alunos, 91,7% dos respondentes, realizou algum tipo de investigação sobre o curso antes de se candidatar, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Pesquisou sobre o curso de secretariado executivo antes de se inscrever



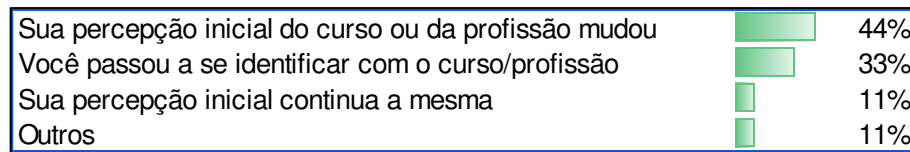
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esse dado indica que a decisão da inscrição não foi tomada de forma aleatória, mas fundamentada em algum conhecimento ou expectativa sobre a área de Secretariado Executivo.

Para uma melhor análise dos dados, dividimos as respostas do próximo tópico por ano de ingresso, considerando que a turma de 2024.1 possui mais tempo de experiência no curso. Os alunos foram convidados a selecionar as opções que melhor representavam sua percepção sobre o curso e a profissão após esse período de aula e conhecendo melhor o curso, além de poderem expressar suas opiniões livremente.

Na Figura 3, apresentam-se o resumo das respostas dos sete alunos da turma 2024.1 que já cursaram três semestres, apresentaram uma percepção de desilusão com a prática do curso e um desejo por mais atividades práticas e feedback construtivo.

Figura 3 – Após esse período de aula e conhecendo melhor o curso – 2024.1.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Um respondente escreveu: "Minha percepção atualmente é que estou mais confusa ainda sobre o que é o secretariado, apesar de saber responder e dizer, não me identifico tanto com o que falam sobre, é tentando aos poucos encontrar essa resposta."(R24)

No relato acima, nota-se uma crise de identidade ou um descompasso entre a expectativa e a realidade do curso, mesmo após um tempo de vivência acadêmica. A análise das percepções da turma de 2024.1, que possui uma experiência mais longa no curso, revela um cenário misto.

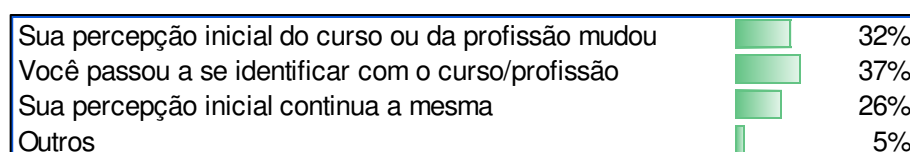
Embora alguns alunos tenham desenvolvido uma identificação com a área ao longo do tempo, as observações mais detalhadas indicam desafios significativos. A busca por maior praticidade e objetividade nas atividades, a necessidade de mais feedback e a percepção de uma lacuna entre os semestres iniciais e os posteriores são pontos críticos levantados.

Além disso, a confusão expressa por um dos alunos sobre a própria identidade da profissão sugere que o curso pode não estar comunicando de forma eficaz o seu propósito e as suas aplicações práticas, o que pode levar à desmotivação e à dificuldade de identificação por parte dos estudantes.

Esses apontamentos são cruciais para futuras revisões curriculares e para aprimorar a experiência dos alunos, garantindo que a proposta do curso esteja alinhada com as expectativas e necessidades de aprendizado de quem o escolhe.

Os alunos da turma de 2025.1, que estão no primeiro semestre do curso, demonstraram uma variedade de percepções iniciais sobre o Secretariado Executivo. Suas respostas indicam como a experiência inicial no curso está moldando suas expectativas e identificação com a profissão, conforme Figura 4.

Figura 4 – Após esse período de aula e conhecendo melhor o curso – 2025.1.



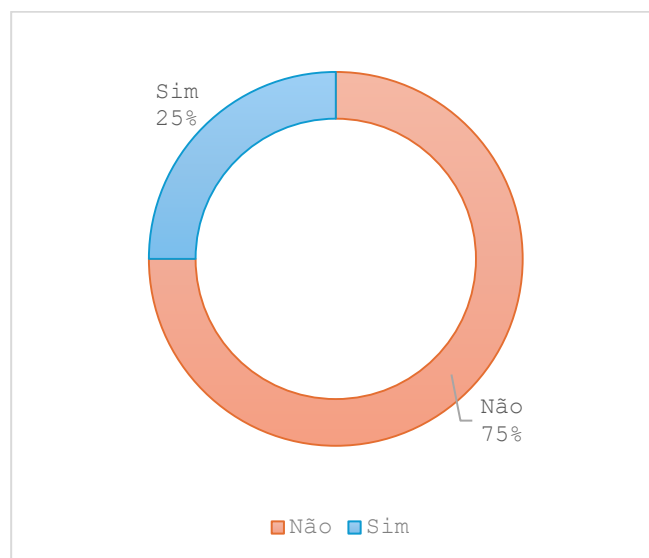
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No entanto, a presença de palavras como "difícil", "porém" e "vaga" em menor destaque, mas ainda visíveis, pode indicar que, apesar do otimismo geral, alguns alunos reconhecem desafios ou uma competitividade existente para a obtenção de emprego.

A percepção de que a área "conhecem" e é "útil" reforça a relevância do curso, mas também pode implicar a necessidade de uma conscientização maior sobre o papel do profissional de secretariado.

Apesar das perspectivas sobre o mercado de trabalho serem positivas, a pesquisa revelou que um quarto dos respondentes está reconsiderando sua escolha de curso, ou seja, 25% expressaram a intenção de mudar de curso. Houve dentre os que não tem essa intenção clara (3 alunos) demonstraram estar em dúvida sobre sua permanência. Esses dados indicam um nível de incerteza ou insatisfação entre os estudantes.

Gráfico 4 – Intenção de pleitear a mudança de curso interna.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Ao serem questionados sobre os motivos para o interesse em mudar de curso, as respostas foram diversas, mas apontam para algumas tendências: estudantes especificaram outros cursos como destino desejado, sendo eles: Administração, Ciências Contábeis e Economia (Figura 6).

Isso sugere um interesse em áreas correlatas, mas talvez com um foco diferente do que o Secretariado Executivo oferece. Entretanto houve relatos com conotações negativas, mas de modo isolados que agregam um direcionamento para dificuldade da escolha profissional no início da vida adulta.

Figura 6 – Motivo para mudança de curso.

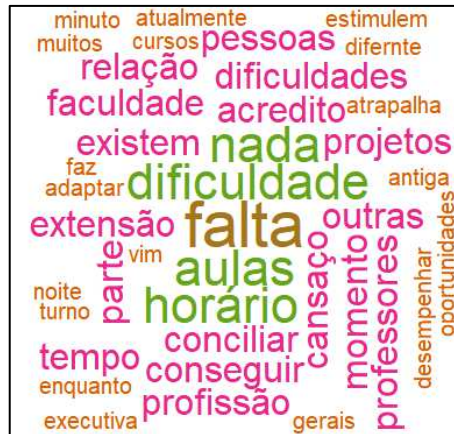


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados evidenciam que a intenção de mudança e a dúvida sobre a permanência no curso de Secretariado Executivo são motivadas por uma combinação de fatores. A busca por áreas consideradas mais alinhadas a interesses ou oportunidades (como Administração e Economia), a mudança de percepção sobre a profissão, e até mesmo preocupações com a carga de trabalho futura ou a falta de identificação pessoal com o curso, são elementos que contribuem para essa incerteza.

Compreender essas motivações pode auxiliar na implementação de estratégias de retenção, orientação de carreira e até mesmo na adaptação da grade curricular para abordar as preocupações e alinhar as expectativas dos estudantes com a realidade do mercado e as possibilidades de atuação do Secretariado Executivo. Já sobre a dificuldade em relação ao curso, a nuvem de palavras revela que a maior dificuldade percebida pelos alunos está centrada na "falta" de diversos elementos cruciais para a experiência acadêmica e profissional (Figura 7).

.Figura 7 – Sua maior dificuldade em relação ao curso.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Termos como "horário", "conciliar", "profissão" e "tempo" indicam que a gestão do tempo e a compatibilização entre os estudos e outras responsabilidades (possivelmente profissionais, dadas as menções a "noite" e "profissão") são obstáculos significativos. Além disso, a palavra "cansaço" sugere que essa conciliação impõe uma carga física e mental considerável aos estudantes

Outros desafios importantes incluem aspectos relacionados à "faculdade", "aulas" e "professores", embora menos proeminentes que a "falta" geral. A presença de "dificuldade" e "dificuldades" em diversos tamanhos reforça a percepção de que há barreiras no curso, algumas ligadas a "projetos" ou à necessidade de "adaptar".

A menção a "nada" pode indicar uma frustração com a ausência de algo esperado ou uma percepção de lacunas, enquanto "antiga" pode remeter a metodologias ou estruturas que não atendem às expectativas atuais dos alunos.

Em síntese, as conclusões desta primeira seção da pesquisa fornecem evidências empíricas que sustentam o quadro teórico sobre evasão. A desmotivação decorrente de metodologias percebidas como ineficazes, a ansiedade gerada por expectativas não atendidas e, crucialmente, a falta de identificação com a profissão e o curso, são fatores presentes na experiência dos alunos de Secretariado Executivo na UFC e que se alinham diretamente aos motivos de desligamento apontados por Dos Santos e Bronnemann (2013) e Silva et al. (2021). Isso ressalta a urgência de a instituição intervir proativamente, ajustando a apresentação do curso, aprimorando as práticas pedagógicas e oferecendo suporte para que as expectativas dos alunos se alinhem mais à realidade da graduação, minimizando os riscos de desinteresse e abandono.

4.3 Percepção dos alunos sobre aspectos comportamentais, cognitivos, socioeconômico e pedagógicos no curso

Nesta seção abordaremos aspectos comportamentais e cognitivos, que se referem à forma como os estudantes interagem com os demais membros da universidade e seu desempenho acadêmico, até os desafios socioeconômicos que podem impactar sua permanência na universidade.

Além disso, analisaremos os aspectos pedagógicos, investigando a influência dos professores e da coordenação em uma possível evasão do curso. O objetivo é obter uma visão abrangente sobre os elementos que moldam a jornada dos alunos.

Na Figura 8, apresentam-se as dificuldades de acompanhar alguma disciplina dos alunos do curso de Secretariado Executivo, conforme abaixo, as principais dificuldades dos alunos do curso em relação às disciplinas concentram-se fortemente nas áreas de Metodologia e Filosofia, conforme o grande destaque dessas palavras na nuvem.

Figura 8 – Nuvem de palavras sobre a dificuldade de acompanhar alguma disciplina



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Isso sugere que a natureza conceitual, a abordagem ou a aplicação desses conhecimentos específicos representam um desafio considerável para os estudantes. Adicionalmente, a disciplina de Estatística também emerge como um ponto de grande dificuldade, provavelmente devido à sua natureza exata e à necessidade de raciocínio lógico e analítico.

Entretanto, dentre os 24 alunos que responderam à pesquisa, a experiência com as disciplinas no início do curso é variada. Enquanto 10 estudantes afirmaram não ter encontrado

dificuldades em acompanhar nenhuma matéria, a maioria, 14 alunos, citou desafios em disciplinas específicas.

Além das dificuldades em disciplinas específicas, a nuvem de palavras revela um desafio de adaptação e acompanhamento do ritmo do curso. Termos como "habitando" e "acompanhar" indicam que os alunos enfrentam um período de ajuste às exigências acadêmicas, à densidade do conteúdo e à necessidade de gerenciar sua "vida" pessoal em conjunto com os estudos. A palavra "dificuldade" em si, reforça a percepção geral de que o curso, em sua totalidade ou em pontos específicos, apresenta obstáculos significativos para os discentes.

O desempenho preocupante do Brasil em avaliações internacionais, como o PISA, que mostra que "os alunos brasileiros pontuam consistentemente abaixo da média da OCDE" (Lima; Moreira, 2022; Lima; Moreira, 2024), pode ser um fator contribuinte para essas dificuldades iniciais no ensino superior. Se apenas 20% dos alunos brasileiros atingem o nível mínimo de proficiência em matemática no PISA (Lima; Moreira, 2024), é natural que as disciplinas de exatas representem um obstáculo para os universitários. Segundo Ribeiro (2013), os "alunos brasileiros estão despreparados para as demandas da força de trabalho moderna" também se estende à capacidade de adaptação às exigências do ensino superior.

A persistência do analfabetismo funcional, com 29% dos brasileiros de 15 a 64 anos classificados nessa categoria em 2024 (Alves *et al.*, 2024), pode explicar as dificuldades em disciplinas que exigem alta capacidade de interpretação, avaliação de informações e resolução de problemas, como Metodologia do Trabalho Científico e Filosofia. Matos *et al.* (2021) destacam que o analfabetismo funcional "limita a capacidade dos indivíduos de avaliar informações, resolver problemas e tomar decisões", habilidades cruciais para o sucesso acadêmico em diversas áreas.

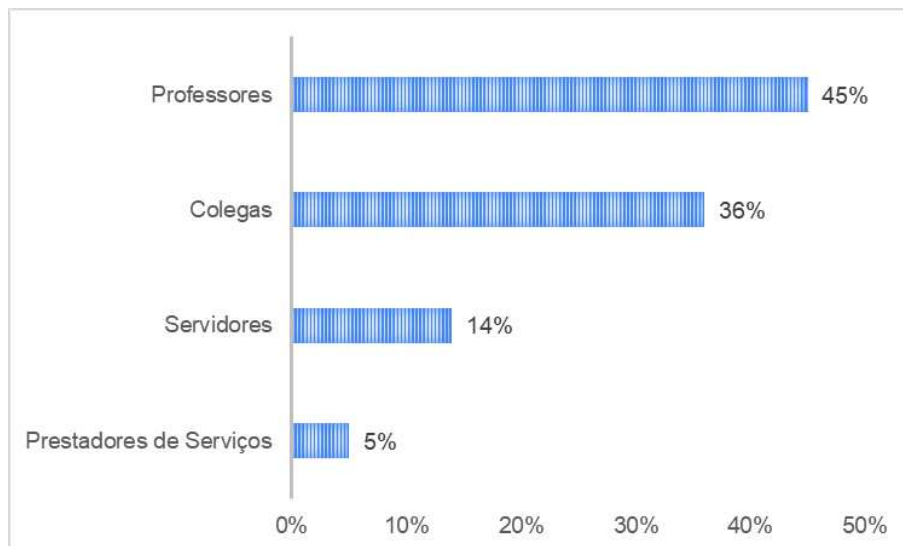
As dificuldades expressas pelos alunos também podem estar conectadas à desigualdade educacional e à qualidade variada das escolas públicas (Ferreira *et al.*, 2024), que não fornece uma base sólida a todos os estudantes. Essa disparidade na formação inicial pode resultar em lacunas de conhecimento que se manifestam e se acentuam no ensino superior.

Considerando que esses alunos ainda estão nas fases iniciais do curso, a presença de dificuldades em diversas disciplinas – incluindo algumas que são fundamentais para a base do Secretariado Executivo, como "Princípios de Secretariado" e as de exatas – é um ponto que merece atenção. Essas percepções iniciais podem influenciar a adaptação do estudante e sua permanência no curso.

Identificar as matérias que geram maior dificuldade logo no começo pode ser um guia para a coordenação do curso. Estratégias como a oferta de monitorias, aulas de reforço ou a revisão de metodologias de ensino para essas disciplinas podem ser cruciais.

Ao analisar os fatores comportamentais, especificamente as relações interpessoais, que levariam os alunos a considerar a desistência do curso, observou-se que 14 dos 24 estudantes (aproximadamente 63%) indicaram uma ou mais dificuldade de interação como um motivo para abandonar os estudos totalizaram 23 indicações de motivos, os resultados detalhados são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Em qual situação levaria a desistir do curso – Dificuldade de interagir ou de se comunicar com...



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Por outro lado, 10 alunos (37%) marcaram que “Nenhuma das opções acima”, sugerindo que as dificuldades interpessoais não seriam um fator de desistência para eles. No entanto, houve duas menções adicionais importantes que não se encaixavam nas opções predefinidas, o respondente R2: citou “Nenhuma das opções acima, Tempo”, e o R5: A necessidade de trabalhar em um horário que coincidissem com os horários das aulas [...], ambos remetendo a questões de gestão de tempo e conciliação com a dualidade estudo/trabalho.

Ainda com base no Gráfico 3, as relações interpessoais no ambiente acadêmico representam um fator significativo de risco para a evasão escolar entre os estudantes pesquisados, afetando 63%.

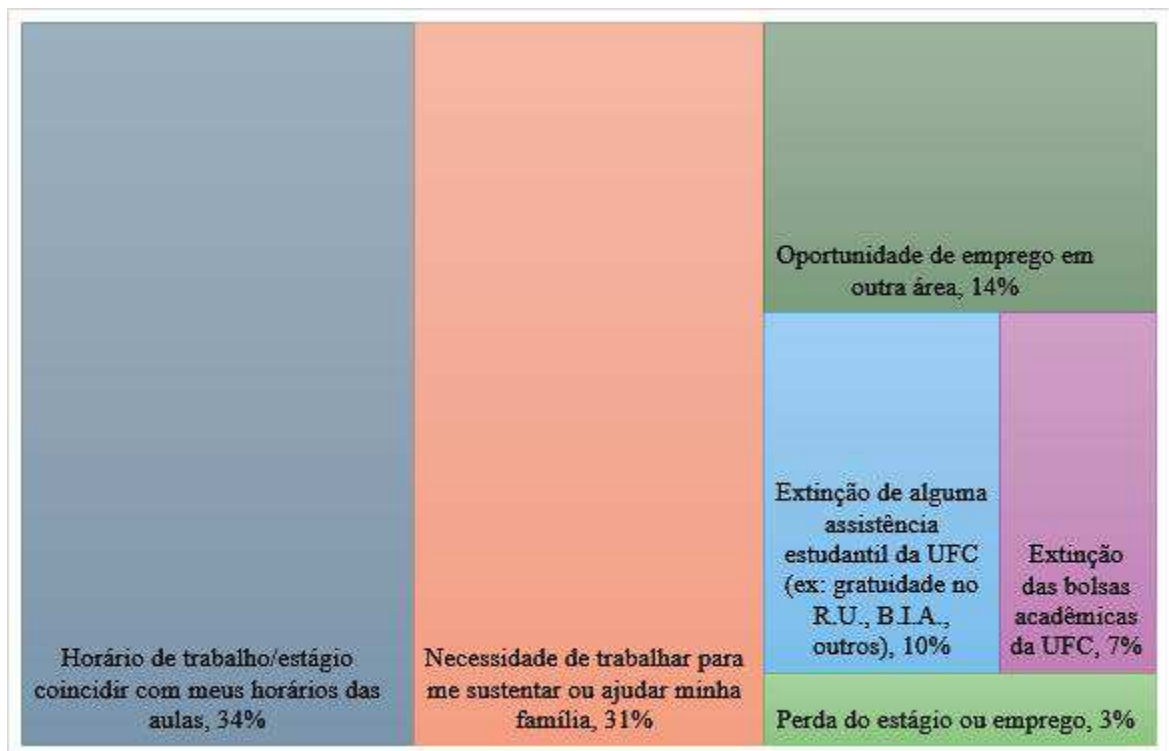
A complexidade do problema é evidenciada pela variedade de interações problemáticas apontadas, desde o relacionamento com professores e colegas até o engajamento com o corpo técnico-administrativo e terceirizados.

Esta constatação é particularmente relevante à luz do referencial teórico, que aborda a evasão escolar como um problema multifatorial que se agrava nos níveis mais avançados de ensino (Branco *et al.*, 2020). Embora o referencial destaque fatores socioeconômicos como pobreza e necessidade de trabalho (Luna; Amaral, 2023), que foram ecoados na resposta que aponta para o Tempo.

A capacidade de um aluno de interagir e se comunicar de modo eficaz com o corpo docente e colegas é fundamental para sua adaptação, engajamento e, conseqüentemente, sua permanência no curso. Portanto, investir em estratégias que promovam um ambiente acolhedor, facilitem a comunicação e resolvam conflitos interpessoais pode ser tão importante quanto abordar as dificuldades acadêmicas e socioeconômicas para a superação desse desafio.

As respostas sobre o impacto socioeconômico como fator de desistência do curso revelam que, embora uma parte dos alunos não veja esses fatores como um risco, a maioria é afetada por questões financeiras e de conciliação entre estudo e trabalho.

Gráfico 4 – Em qual situação levaria a desistir do curso



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise dos dados da pesquisa revela que os fatores socioeconômicos representam uma preocupação significativa para a maioria dos estudantes e um risco real de desistência do curso. Dos 24 alunos, 17 (aproximadamente 71%) apontaram ao menos uma questão direcionada para a situação financeira.

A "necessidade de trabalhar para me sustentar ou ajudar minha família" e o "horário de trabalho/estágio coincidir com meus horários das aulas" emergem como os motivos mais frequentes (79%) muitas vezes interligados, refletindo uma realidade de conciliação que é desafiadora para muitos ingressantes no ensino superior.

Além disso, a "extinção de alguma assistência estudantil da UFC" e de "bolsas acadêmicas", bem como a "oportunidade de emprego em outra área", também foram citadas, sublinhando a vulnerabilidade econômica e a atratividade de outras opções no mercado de trabalho. Ressalta-se que 29% dos alunos marcaram que Nenhuma das opções acima, sugerindo que as dificuldades socioeconômicas não seriam um fator de desistência para eles.

Esses achados corroboram com Diniz; Diniz (2023) que afirmam que somente a matrícula não garante o sucesso acadêmico, especialmente para estudantes que enfrentam múltiplas vulnerabilidades.

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pelo Decreto nº 7.234/2010 e mais recentemente pela Lei nº 14.914/2024, é reconhecida no referencial como o "carro-chefe desse suporte, abrangendo auxílios moradia, alimentação, transporte e creche, além de bolsas de estudo e apoio pedagógico."

A menção dos alunos à extinção de assistências como Restaurante Universitário (RU) e Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA), por exemplo como fatores de desistência ressalta a importância desses programas.

A PNAES, conforme exposto, "reconhece que a fome, a distância e a falta de estrutura podem ser tão impeditivas quanto a ausência de vagas" e busca garantir que "a oportunidade de aprender não seja minada pelas dificuldades da vida". Os resultados da pesquisa demonstram que a interrupção ou ausência desses auxílios pode de fato catalisar o abandono do curso.

A necessidade de trabalhar, que se reflete na preocupação com a conciliação de horários, é um fator socioeconômico clássico da evasão. Sabe-se que fatores socioeconômicos, como pobreza e necessidade de trabalho, contribuem para o abandono escolar (Luna; Amaral, 2023). A Lei de Cotas, o custo de oportunidade de continuar estudando versus a necessidade imediata de renda se torna um dilema real para muitos, evidenciando que a Lei de Cotas não é suficiente por si só para garantir a permanência.

Portanto, os dados da pesquisa sublinham a urgência de fortalecer e expandir as políticas de assistência estudantil, além de considerar a flexibilização da grade horária, para mitigar os riscos de evasão por motivos socioeconômicos.

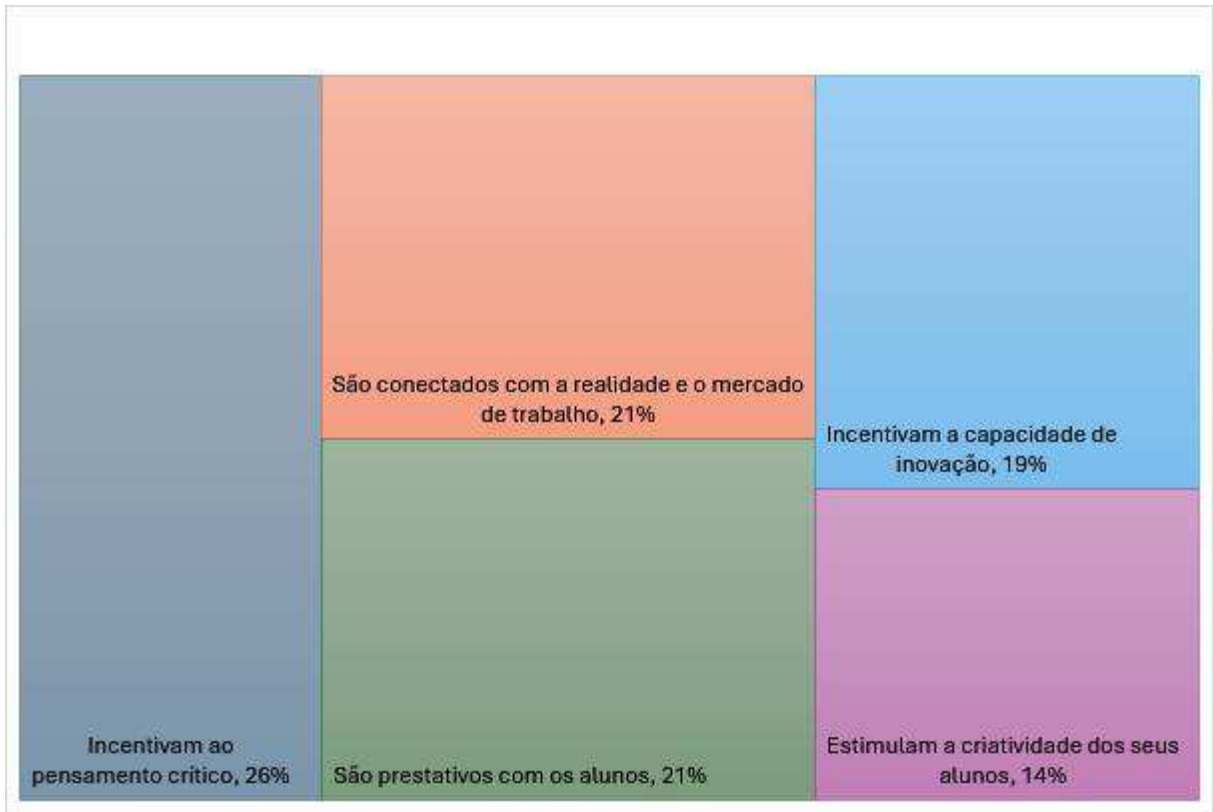
A "vigilância e o aprimoramento contínuo dessas políticas são essenciais para garantir que o sonho de uma educação superior inclusiva se materialize plenamente para as próximas gerações, consolidando o caminho da educação brasileira rumo à equidade" (Ribeiro; Oliveira, 2024), pois, como demonstram os resultados, a vulnerabilidade econômica é um obstáculo persistente à permanência no ensino superior.

A pesquisa revela que fatores socioeconômicos são o principal motor da evasão, afetando 71% dos alunos. A necessidade de trabalhar e a incompatibilidade de horários são os desafios mais citados (79%), evidenciando que, para muitos, a permanência no ensino superior é inviabilizada pela busca por sustento. A preocupação com a extinção de auxílios estudantis reforça a crítica dependência desses programas.

Essa realidade aponta para uma falha nas políticas de acesso, onde a matrícula por si só não garante a permanência. A Lei de Cotas, embora vital, mostra-se insuficiente sem um robusto apoio socioeconômico que mitigue o dilema entre estudar e trabalhar. Assim, o estudo sublinha a urgência de fortalecer a assistência estudantil e flexibilizar currículos para que a educação superior no Brasil possa, de fato, ser equitativa.

No Gráfico 5, são apresentadas as auto percepções dos alunos sobre o corpo docente do curso, como um dos tópicos da macro aspectos pedagógicos.

Gráfico 5 – Auto percepção sobre os professores



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Houve ainda sete alunos, marcaram a opção, “Nenhuma destas opções”. Dois desses alunos fizeram comentários e foi dada a liberdade para os alunos escreverem, assim, os comentários adicionais trouxeram nuances importantes e revelaram desafios mais profundos:

R1: discurso meritocrático que desanima.

R9: Uma parte dos professores falta muito e outra parte mostra o curso de uma visão não acessível.

R16: Muitos [professores] não entendem a realidade dos alunos que trabalham.

R17: Tem professores e professores (uns estimulam outro(a)s parecem que querem só desestimular e humilhar o aluno é um descaso).

R24: cada professor tem seu diferencial uns são prestativos querem realmente ajudar, mas tem outros que nem dão aula e quando dão bota o aluno como professor tenho uma professora que acha q a vida é como a gente quer que as oportunidades sejam iguais pra todos que todo mundo tem as mesmas 24horas.

Os resultados da pesquisa sobre a percepção dos alunos em relação aos seus docentes no curso de Secretariado Executivo revelam uma paisagem mista, mas com pontos de atenção que se alinham diretamente aos desafios da crise do conhecimento e da qualidade educacional no Brasil.

Embora alguns alunos reconheçam qualidades positivas no corpo docente, como a capacidade de incentivar o pensamento crítico, estimular a criatividade e ser conectado com a realidade e o mercado de trabalho. Existem, críticas qualitativas que refletem problemas pedagógicos e de abordagem que são centrais. Sabe-se que a crise do conhecimento é caracterizada, em parte, pela dificuldade em transformar a abundância de informações em conhecimento significativo e crítico (Ripoll; Matos, 2017).

Quando apenas uma minoria dos alunos explicitamente aponta o incentivo ao pensamento crítico ou a conexão com a realidade, isso pode indicar que a prática pedagógica dos docentes pode não está conseguindo transcender a memorização e a repetição mecânica em vez da construção reflexiva do saber (Pereira, 2019).

Lacunas essas surgem por falhar ao não proporcionar ambientes de aprendizagem que estimulem o pensamento crítico, a pesquisa e a resolução de problemas reais (Bernardes; Chaves, 2024).

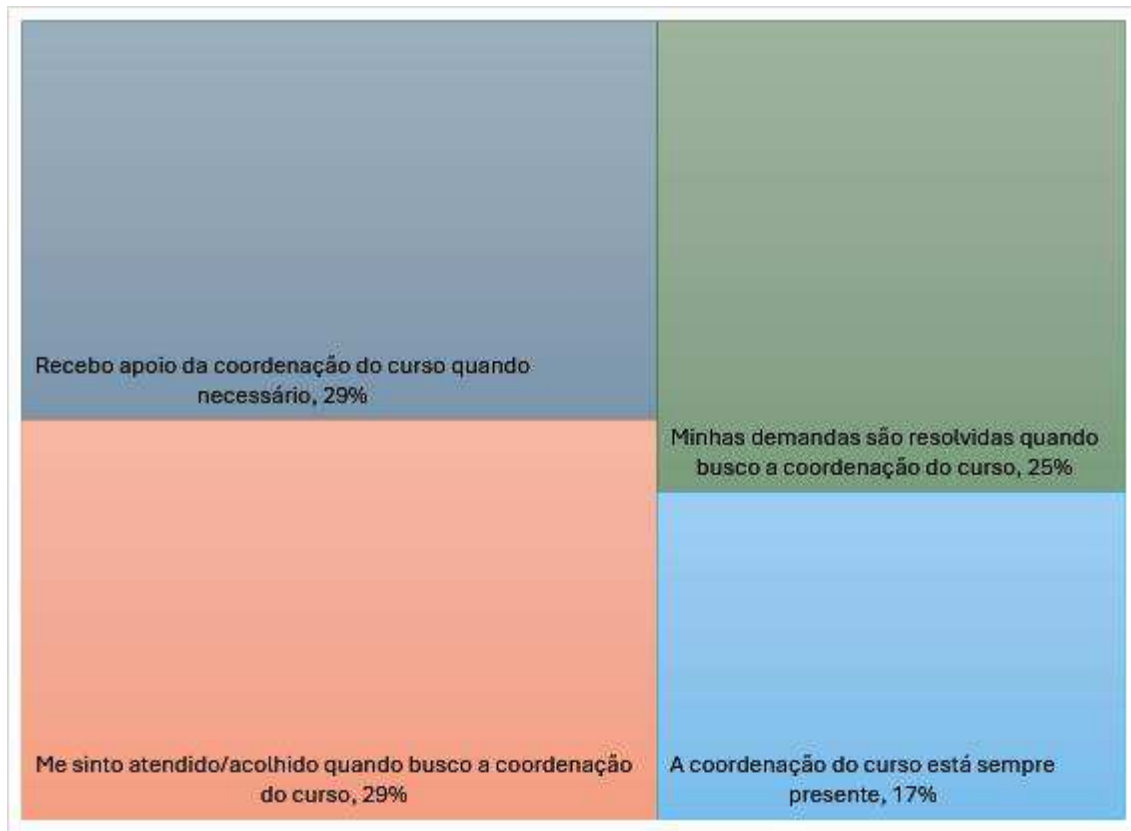
Existe ainda, evidências de um descompasso entre a prática docente e as necessidades e contextos de vida dos estudantes, dificultando a assimilação de conhecimento de forma significativa e crítica.

A fragmentação e especialização excessiva do conhecimento é outro sintoma da crise (Nichols, 2017), e se os professores não conseguem conectar o conteúdo com a realidade do mercado de trabalho ou a vida dos alunos, isso contribui para uma "formação tecnicista e fragmentada, que não prepara o cidadão para atuar de forma consciente em uma sociedade complexa" (Pereira, 2019).

A UFC pode intensificar programas de formação continuada para docentes, com foco em metodologias que estimulem o pensamento crítico, a pesquisa e a resolução de problemas reais (Bernardes; Chaves, 2024). Isso inclui workshops sobre metodologias ativas, estudos de caso e a integração de questões contemporâneas e do mercado de trabalho nas disciplinas.

O Gráfico 6, buscou-se entender a percepção dos alunos sobre o suporte oferecido pela coordenação do curso de Secretariado Executivo, um aspecto crucial que pode influenciar a experiência acadêmica e a capacidade dos estudantes de navegar pelos desafios do ensino superior. Dos 24 alunos, as respostas indicaram um cenário predominantemente positivo.

Gráfico 6 – Percepção sobre a coordenação



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados da pesquisa sugerem que a coordenação do curso de Secretariado Executivo da UFC tem um desempenho amplamente positivo na percepção dos alunos, 58% dos estudantes se sentam apoiada, atendida e percebe suas demandas sendo resolvidas, o que é um indicativo de um ambiente de suporte eficaz. A alta incidência de alunos que marcaram todas as alternativas ou múltiplas opções de apoio reflete uma percepção geral de prestatividade e presença da coordenação.

Um respondente ainda acrescentou: “Nunca precisei ir à coordenação, mas pelo que eu ouço, ela é bastante prestativa.” (R22)

Essa percepção positiva é crucial no contexto da crise do conhecimento e dos desafios educacionais contemporâneos. Um ambiente acadêmico onde a coordenação é acessível e eficaz pode ser um contraponto importante a essas dificuldades. Uma coordenação atenta pode, por exemplo, mediar problemas com professores ou disciplinas, oferecer orientação sobre recursos de aprendizagem e até mesmo influenciar a implementação de metodologias mais eficazes.

A capacidade da coordenação em resolver demandas e acolher os alunos contribui para a mitigação da paralisia decisória e da confusão que podem surgir da abundância informacional (Nichols, 2017).

Ao se sentirem ouvidos e apoiados, os alunos podem ter mais segurança para filtrar informações, buscar orientação e engajar-se de forma mais proativa em seus estudos, desenvolvendo as habilidades necessárias para enfrentar a "superficialidade do saber, impulsionada por tecnologias digitais e pela cultura da instantaneidade" (Bernardes; Chaves, 2024).

Em síntese, a coordenação do curso, ao prover apoio e resolver demandas, desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente de aprendizagem mais resiliente. Isso permite que os alunos se concentrem mais na construção ativa, transformadora e socialmente comprometida do conhecimento (Pereira, 2019), minimizando os impactos negativos da crise do conhecimento percebidos em outros aspectos da formação. A percepção esmagadoramente positiva da coordenação sugere que, neste aspecto, o curso está no caminho certo para oferecer um suporte robusto aos seus estudantes.

4.4 Percepção dos alunos sobre as condições de moradia, geográficas, transporte, segurança e estruturais

A permanência de um estudante na universidade vai muito além do desempenho acadêmico e do engajamento em sala de aula. Uma série de fatores extrínsecos e intrínsecos atua como pilares de sustentação ou como barreiras significativas à continuidade dos estudos.

Nesta seção, exploraremos os múltiplos aspectos que compõem o desafio da permanência de alunos na universidade, focando em elementos que, muitas vezes, são subestimados, mas têm um impacto profundo na trajetória acadêmica.

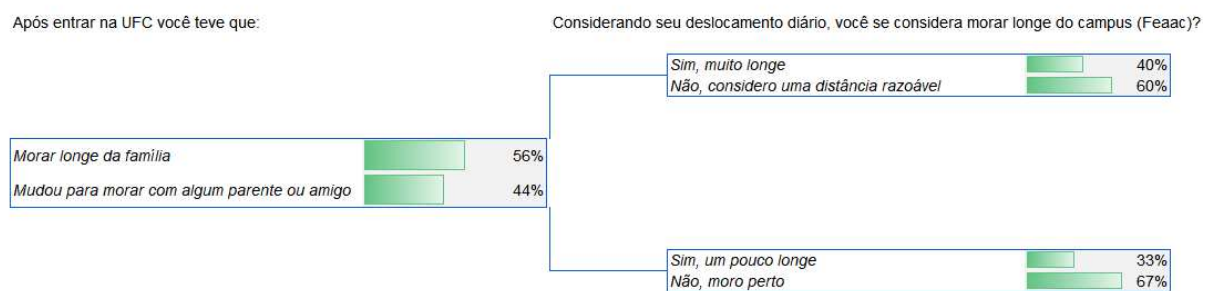
Abordaremos a moradia dos estudantes, que pode ser um alicerce fundamental ou uma fonte de grande ansiedade e custos. Discutiremos a relevância da localização geográfica, ou seja, a distância entre o campus universitário e a residência do aluno, e como isso se conecta diretamente com as opções de transporte disponíveis e utilizadas. A segurança no entorno do campus e nas rotas de deslocamento é outro ponto crítico, afetando a tranquilidade e a capacidade do estudante de focar nos estudos.

Por fim, analisaremos a estrutura de apoio, tanto a proveniente do ambiente familiar quanto a oferecida pela própria universidade. A compreensão desses fatores é essencial para

desenvolver estratégias eficazes de retenção e garantir que a oportunidade de acesso se traduza em uma trajetória de sucesso no ensino superior.

No Gráfico 7, apresenta 6 (seis) das 24 respostas dos alunos sobre o impacto da moradia após o ingresso na UFC revela um cenário que, embora majoritariamente estável para alguns, aponta desafios significativos de deslocamento e distanciamento familiar para outros.

Gráfico 7 – Relevância da localização geográfica dos alunos que precisaram mudar de endereço.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados mostram que embora indiquem que a maioria dos alunos não precisou mudar (ver Gráfico 8) de residência após ingressar na UFC, revelam que a questão da moradia e, principalmente, do deslocamento geográfico, ainda constitui um desafio relevante para uma parcela significativa dos estudantes.

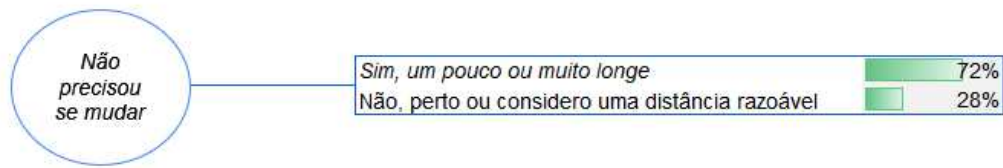
Houve relatos negativos sobre a distância geográfica dentre os alunos que não precisaram se mudar: R23: Eusébio se torna longe por conta da rota dos universitários. R24: Tenho que me deslocar duas horas todo dia ida e volta.

O que aponta para desafios logísticos e pessoais que podem impactar diretamente sua permanência. No Gráfico 8, são apresentados o resumo das 18 das 24 respostas dos alunos sobre o impacto da moradia após o ingresso na UFC e seu reflexo no deslocamento diário.

Gráfico 8 – Relevância da localização geográfica dos alunos que não precisaram mudar de endereço.

Após entrar na UFC você teve que:

Considerando seu deslocamento diário, você se considera morar longe do campus (Feaac)?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Essa realidade se conecta diretamente com a discussão sobre a expansão e interiorização do ensino superior público no Brasil, conforme abordado no referencial teórico. A estratégia de levar oportunidades educacionais a regiões antes desassistidas (ANDIFES, 2013) por meio de programas como o REUNI é louvável por democratizar o acesso ao conhecimento e impulsionar o desenvolvimento local.

A expansão do ensino superior público foi um imperativo diante de um cenário de desigualdade regional e social (Castro, 2009), a persistência dessas longas distâncias para uma parcela significativa dos alunos (25%) indica que o acesso, por si só, não garante uma experiência acadêmica sem atritos logísticos.

O deslocamento diário de longas distâncias, conforme relatado do R23 e R24, evidencia que, mesmo com a interiorização, as barreiras geográficas não foram completamente eliminadas para todos.

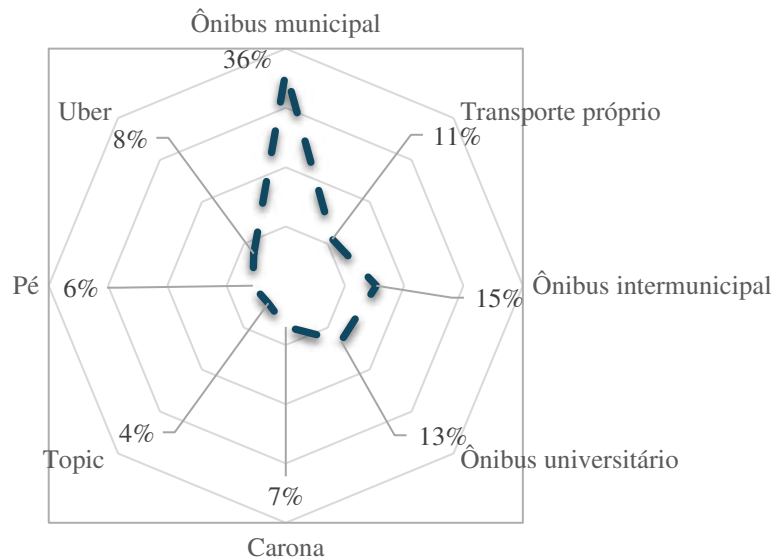
Ainda que o campus esteja mais acessível para alguns, para outros, a distância entre o campus e a residência continua sendo um obstáculo, exigindo um investimento considerável de tempo e recursos. Isso pode minar a capacidade do estudante de se dedicar plenamente aos estudos e participar de atividades extracurriculares, impactando o seu desempenho e, em última instância, a sua permanência.

A necessidade de morar longe da família para um grupo de alunos também reforça que, apesar da capilaridade educacional buscada pela interiorização, a infraestrutura de suporte ao estudante, como moradias estudantis adequadas e em número suficiente, pode não ter acompanhado o ritmo de criação de novas vagas.

No quesito moradia, é crucial que a universidade avalie a expansão e aprimoramento das residências universitárias, bem como o estabelecimento de parcerias ou a criação de plataformas que facilitem a busca por moradias seguras e acessíveis nas proximidades do campus para aqueles que precisam se deslocar.

No Gráfico 9, são apresentados os meios de transporte utilizados pelos alunos para se deslocar até o campus (Feaac). O que revela uma grande diversidade, com predominância do transporte público 68%, mas também com o uso de veículos particulares e alternativos.

Gráfico 9 – Meio de transporte utilizado para ir e voltar para a Feaac



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Essa variedade, no entanto, pode indicar tanto a busca por soluções individuais quanto a lacuna na oferta de opções eficientes, impactando diretamente a jornada acadêmica.

As combinações de meios de transporte (como "Transporte próprio, Ônibus municipal, Carona" ou "Uber, Ônibus universitário, Ônibus intermunicipal") demonstram que muitos estudantes precisam recorrer a múltiplas formas de deslocamento, possivelmente devido à complexidade ou ineficiência de uma única opção.

A variedade e, em muitos casos, a necessidade de combinar diferentes meios de transporte pelos estudantes reforçam a percepção de que o deslocamento é um desafio logístico e um fator relevante para a permanência acadêmica. Existe um predomínio do ônibus (municipal, universitário e intermunicipal) como modal principal evidencia a dependência do transporte coletivo e as vulnerabilidades a ele associadas.

A dependência do transporte, e as dificuldades que podem advir dele, dialogam com a perspectiva da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que reconhece que a fome, a distância e a falta de estrutura podem ser tão impeditivas quanto a ausência de vagas.

Nesse contexto, o transporte precário ou ineficiente funciona como uma falta de estrutura, gerando perda de tempo, custos adicionais e cansaço, o que, por sua vez, pode afetar

o desempenho acadêmico e aumentar o risco de evasão escolar, que se agrava nos níveis mais avançados de ensino (Branco *et al.*, 2020).

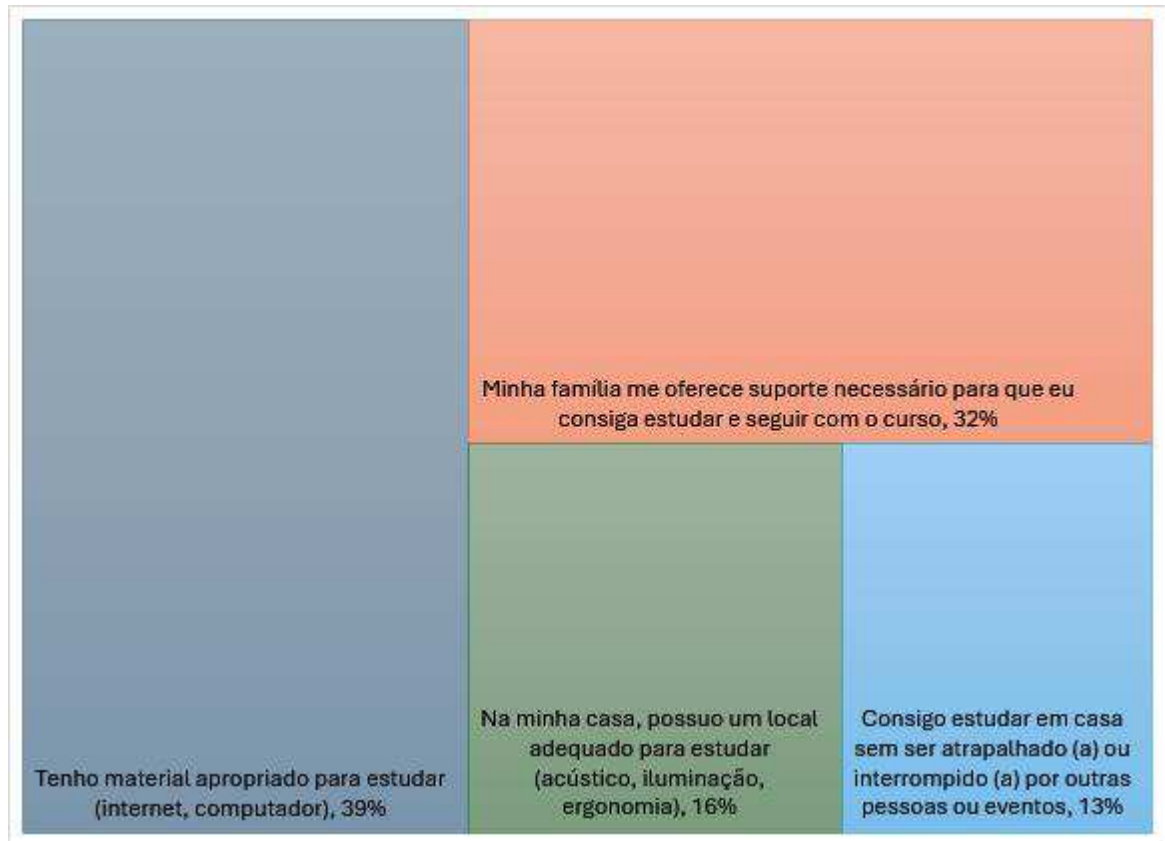
Para garantir que a democratização do acesso seja acompanhada pela excelência acadêmica e pela sustentabilidade financeira dos estudantes, conforme o desafio proposto por Ribeiro e Oliveira (2024), a UFC precisa considerar estratégias específicas isso inclui aprimorar a rede de transporte universitário, expandir as opções de moradia estudantil para aqueles que vêm de mais longe e explorar parcerias com sistemas de transporte público que atendam melhor às rotas dos estudantes. Reconhecer a distância como um fator de estresse e um impeditivo potencial para a permanência é fundamental para garantir que o sucesso na democratização do acesso seja complementado por um efetivo suporte à continuidade da trajetória acadêmica.

Na Figura 9, apresenta-se análise da nuvem de palavras que revela que a segurança nas imediações do campus é uma preocupação central e impactante para os alunos do curso de Secretariado Executivo, especialmente para o público feminino que constitui 75% dos respondentes.

Termos como “assaltos”, “campus” e “insegura” predominam, indicando que a ocorrência de roubos e a sensação de insegurança são vivenciadas de forma acentuada nas áreas circundantes à universidade.

A presença de palavras como “sinto”, “rua” e “andar” reforça a dimensão pessoal e a vulnerabilidade percebida pelos alunos durante seus deslocamentos, acentuando a necessidade de maior atenção a esses espaços e horários.

Figura 9 – Nuvem de palavras Percepção da segurança nas imediações do campus



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Apenas 39% dos estudantes possuem material apropriado (internet, computador), indicando que 12 dos 20 alunos carecem de recursos tecnológicos essenciais para o aprendizado. Mais alarmante é a situação em relação ao ambiente de estudo: somente 16% dispõem de um local adequado (acústica, iluminação, ergonomia) e meros 13% conseguem estudar sem interrupções. Isso significa que, para a vasta maioria (17 de 20 alunos), o ambiente doméstico é propenso a distrações e fisicamente inadequado para a concentração.

Essa realidade aponta para obstáculos substanciais na rotina de estudos dos alunos, que podem impactar diretamente seu desempenho e aproveitamento do curso. A falta de um ambiente propício, somada à escassez de materiais tecnológicos para a maioria, cria um cenário onde o aprendizado em casa se torna uma tarefa árdua. Mesmo o suporte familiar, embora importante, é percebido por uma minoria (32%), o que sugere que muitos estudantes podem não ter o apoio necessário para otimizar suas condições de estudo fora da instituição.

Para o curso de secretariado, que exige dedicação e acesso a recursos específicos, a superação dessas barreiras domésticas torna-se um fator crítico. A instituição ou os coordenadores do curso poderiam explorar soluções como a ampliação de espaços de estudo no campus, o fornecimento de acesso à internet ou equipamentos, ou o desenvolvimento de

programas de apoio para mitigar os impactos negativos dessas condições na trajetória acadêmica dos alunos.

A pesquisa revela uma situação crítica para a maioria dos alunos do curso de Secretariado Executivo no que diz respeito às suas condições domésticas de estudo, um fator muitas vezes subestimado na análise da permanência estudantil.

É alarmante que apenas 39% dos estudantes possuam os materiais tecnológicos adequados (internet, computador), o que significa que 12 dos 20 alunos avaliados carecem de ferramentas básicas para o aprendizado moderno. Mais preocupante ainda é a quase inexistência de um ambiente de estudo propício: apenas 16% dispõem de um local adequado em termos de acústica, iluminação e ergonomia, e míseros 13% conseguem estudar sem interrupções. Essa realidade expõe uma vasta maioria de alunos (17 de 20) confinados a ambientes domésticos disfuncionais para o estudo, comprometendo gravemente sua capacidade de concentração e aproveitamento, mesmo que haja dedicação.

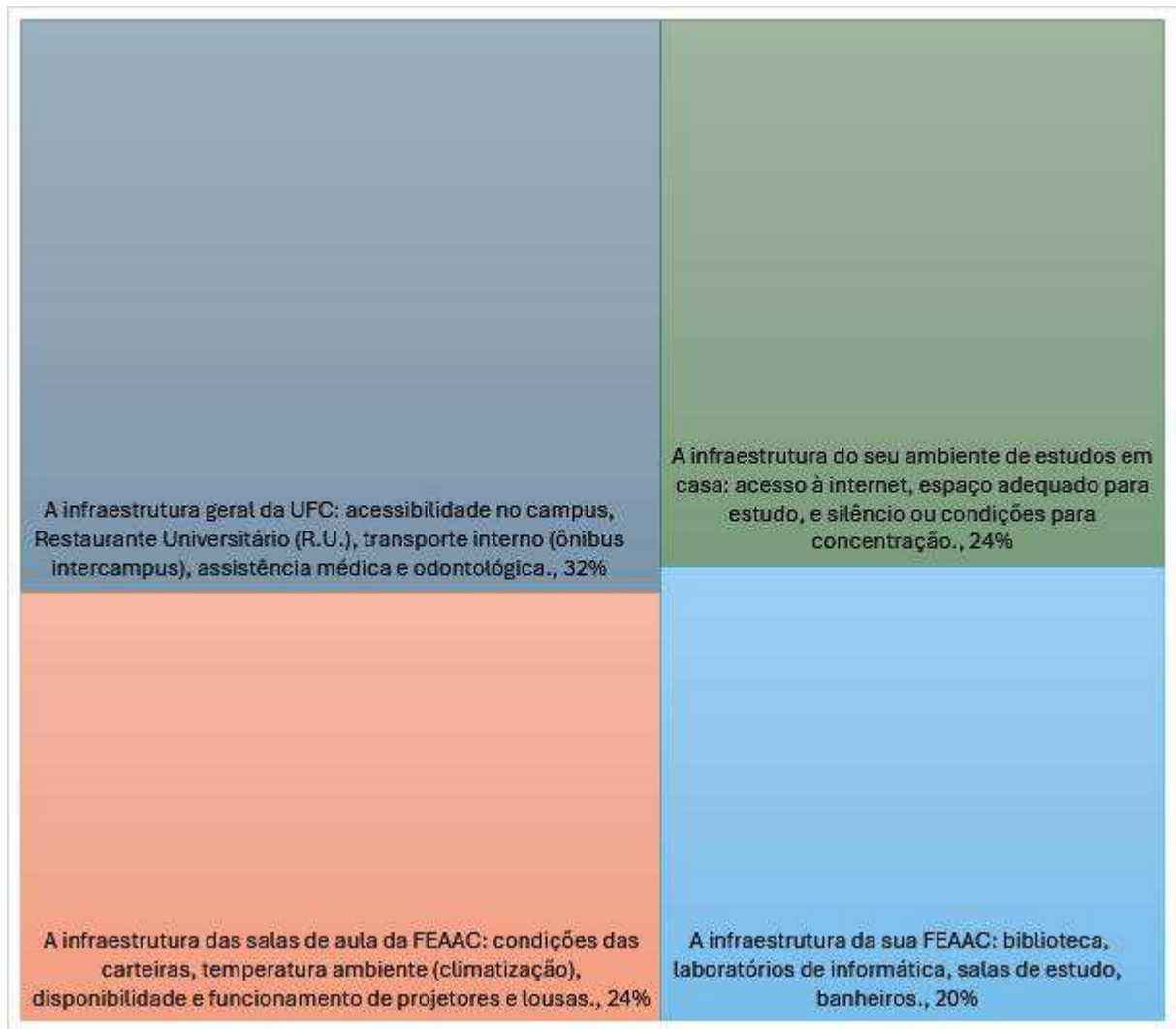
Sem o suporte adequado para suprir essas carências domésticas, como a ampliação de espaços de estudo no campus ou o fornecimento de acesso a recursos tecnológicos, a instituição corre o risco de perder talentos e comprometer o desempenho dos alunos, especialmente em um curso como Secretariado, que demanda constante acesso à informação e organização.

Por outro lado, no Gráfico 11, apresentam-se as condições gerais da infraestrutura oferta aos estudantes, onde 10 (dez) dos 24, ou seja, 42% dos respondentes afirmaram que nenhuma das opções que foram representadas no questionário ou não possuem pontos negativos na infraestrutura que impactar negativamente na sua continuidade no curso.

Com base nas informações dos 14 respondentes que afirmaram ao menos uma das respostas segue a distribuição dessa na análise do Gráfico 11, que revela que a infraestrutura é um fator significativo que impacta negativamente a continuidade no curso, abrangendo tanto aspectos da UFC em geral quanto da FEAAC e do ambiente doméstico.

A infraestrutura geral da UFC, que inclui acessibilidade, Restaurante Universitário, transporte interno e assistência médica/odontológica, é a mais citada como problemática, com 32% dos alunos indicando seu impacto negativo. Isso sugere que os serviços e condições básicas oferecidos pela universidade como um todo são percebidos como insuficientes ou inadequados por uma parcela considerável dos estudantes.

Gráfico 11 – Percepção da Infraestrutura que afetam negativamente na sua continuidade no curso.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Em um segundo nível de preocupação, com 24% cada, destacam-se a infraestrutura do ambiente de estudos em casa e as condições das salas de aula da FEAAC. A persistência da percepção de um ambiente doméstico inadequado, com problemas de acesso à internet, espaço e silêncio, reitera uma dificuldade fundamental para o estudo autônomo. Paralelamente, as condições físicas das salas de aula, como a qualidade do mobiliário, climatização e funcionamento de equipamentos, também representam um entrave direto à qualidade do ensino presencial.

Por fim, a infraestrutura mais específica da FEAAC, que engloba biblioteca, laboratórios de informática, salas de estudo e banheiros, é mencionada por 20% dos alunos

como um fator negativo. A distribuição percentual entre as categorias mostra que as dificuldades são difusas e não se concentram em um único ponto.

O fato de que todas as áreas de infraestrutura apresentadas no gráfico impactam negativamente a percepção de pelo menos alguns alunos sublinha a necessidade de melhorias abrangentes para garantir um ambiente acadêmico que promova a permanência e o sucesso dos estudantes do curso de secretariado.

Com base nas análises dos expostos, do perfil dos alunos do curso de Secretariado Executivo na UFC, embora baseada em uma amostra limitada, revela pontos de atenção cruciais para a compreensão da evasão. O fato de 79% dos estudantes não terem Secretariado Executivo como primeira opção no SISU e de muitos ingressarem por "nota suficiente" ou mesmo por "descoberta" (como o respondente 17) sublinha um potencial fragilidade vocacional desde o início da jornada acadêmica.

Essa situação, onde o curso pode ser uma "segunda chance" ou uma "opção provisória", pode levar a uma menor identificação e engajamento, especialmente quando as expectativas iniciais – muitas vezes baseadas apenas na grade curricular – colidem com a realidade prática da profissão.

A presença majoritária de jovens (58% entre 18 e 20 anos) e de mulheres (75%) na amostra, embora reflita o perfil histórico do curso, não atenua a necessidade de a instituição abordar essa falta de alinhamento de forma proativa, seja por meio de uma comunicação mais transparente sobre as atribuições do secretário executivo ou de programas de orientação vocacional contínuos.

A dissonância entre a percepção otimista do mercado de trabalho (com termos como "oportunidades" e "amplo") e a preocupante intenção de mudança de curso de 25% dos respondentes (com mais 3% em dúvida) aponta para um descompasso significativo. Se os alunos veem um futuro promissor na área, por que um quarto deles já pensa em sair, muitas vezes para cursos correlatos como Administração e Contábeis?

Isso sugere que a insatisfação não está na empregabilidade da profissão em si, mas talvez na experiência do curso ou na percepção da própria identidade profissional construída durante a graduação. A menção a "dificuldades" e "cansaço" na nuvem de palavras sobre as maiores barreiras do curso reforça a ideia de que a vivência acadêmica, somada a fatores como a gestão de tempo e a necessidade de conciliar estudos e trabalho, pode estar esvaziando o entusiasmo inicial e impulsionando a busca por outras trajetórias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo que desafia as instituições e impacta diretamente o desenvolvimento social e econômico. Ela pode ser impulsionada por uma série de fatores. Compreender as causas da evasão é fundamental para que as universidades possam implantar e/ou implementar estratégias eficazes de retenção, promovendo um ambiente mais acolhedor e oferecendo o suporte necessário para que os estudantes concluam seus cursos.

Com base nos resultados apresentados, a análise aprofundada da pesquisa com os alunos do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC) revela um conjunto complexo de fatores que contribuem para o risco de evasão, alinhando-se aos objetivos propostos.

Primeiramente, no que tange aos fatores socioeconômicos, a pesquisa detectou que a necessidade de trabalhar para sustento próprio ou familiar e a coincidência de horários de trabalho/estágio com os das aulas são os motivos mais frequentes de preocupação, impactando 71% dos estudantes. A potencial extinção de assistências estudantis e bolsas acadêmicas também emerge como um risco real, sublinhando a dependência de muitos alunos desses auxílios para sua permanência. Esses achados corroboram a literatura que aponta a vulnerabilidade econômica como um impeditivo crucial ao sucesso acadêmico, mesmo após o ingresso, atendendo assim o primeiro objetivo específico.

Em segundo lugar, a influência dos aspectos pedagógicos na possível evasão é notável. Embora haja uma percepção positiva em relação à coordenação do curso, que é vista como prestativa e eficaz na resolução de demandas, a relação com o corpo docente apresenta nuances preocupantes. As dificuldades em acompanhar disciplinas como Metodologia, Filosofia e Estatística são expressivas, afetando a maioria dos alunos. Além disso, comentários qualitativos sobre professores que não compreendem a realidade dos alunos que trabalham, discursos meritocráticos desanimadores e uma abordagem que não estimula o pensamento crítico ou a conexão com o mercado de trabalho, indicam lacunas pedagógicas que podem levar à desmotivação e à falta de identificação com o curso e a profissão, atendendo assim o segundo objetivo específico.

Adicionalmente, a pesquisa evidencia que as condições geográficas e estruturais impactam significativamente a permanência dos alunos. A distância entre a residência e o campus, com relatos de longos tempos de deslocamento diário, representa um desafio logístico e de tempo considerável para uma parcela dos estudantes. A dependência do transporte público

e a necessidade de combinar múltiplos modais reforçam as dificuldades de mobilidade. A segurança nas imediações do campus, com predominância de assaltos e sensação de insegura, emerge como uma preocupação central, especialmente para o público feminino, amplificando o estresse e a vulnerabilidade dos estudantes em seu trajeto, atendendo assim o terceiro objetivo específico.

Em síntese, os resultados da pesquisa fornecem evidências empíricas que confirmam a complexidade da evasão no curso de Secretariado Executivo da UFC. Fatores socioeconômicos, pedagógicos e geográfico-estruturais interagem e culminam em desmotivação, ansiedade, falta de identificação com a profissão e o curso, e uma carga física e mental que pode levar ao abandono. A instituição precisa, portanto, intervir proativamente, fortalecendo a assistência estudantil, revisando metodologias de ensino para abordar as dificuldades disciplinares e promover maior praticidade, aprimorando a segurança e a infraestrutura do campus, e realinhando a apresentação do curso com as expectativas e as necessidades do mercado, a fim de garantir a permanência e o sucesso de seus estudantes.

Apesar dos dados coletados, é fundamental reconhecer as limitações desta pesquisa. O tamanho da amostra (24 alunos respondentes, com variações em gráficos específicos) é relativamente pequeno e pode não ser totalmente representativo da totalidade dos estudantes do curso de Secretariado Executivo da UFC. A natureza qualitativa de algumas análises (nuvens de palavras e comentários abertos) oferece insights valiosos, mas não permite a generalização estatística para a população maior de alunos. Além disso, a pesquisa foi realizada em um momento específico (2025), e as percepções podem evoluir com o tempo e com as mudanças nas condições acadêmicas e socioeconômicas, desta forma fica claro que os objetivos desta pesquisa foram atingidos.

Para estudos futuros, sugere-se a expansão da amostra para incluir um número maior de alunos, aplicando metodologias quantitativas que permitam análises estatísticas mais robustas e a generalização dos resultados. Seria valioso realizar um estudo longitudinal, acompanhando os mesmos alunos ao longo de sua trajetória no curso, a fim de identificar como as percepções e dificuldades evoluem ao longo dos semestres, bem como estudos qualitativos para entender causas específicas. Por fim, a pesquisa poderia ser ampliada para comparar as percepções dos alunos de Secretariado Executivo com as de outros cursos da UFC, identificando desafios comuns e particularidades do Secretariado.

Este trabalho, ao identificar os múltiplos fatores de risco para a evasão no curso de Secretariado Executivo da UFC – englobando questões socioeconômicas, pedagógicas e geográfico-estruturais –, oferece uma contribuição prática e imediata para a gestão do curso e

para o corpo docente. Diante do exposto, sugere-se a coordenação e os professores desenvolvam estratégias de retenção mais eficazes e direcionadas. A gestão pode, por exemplo, fortalecer os programas de assistência estudantil, revisar a grade curricular e as metodologias de ensino para abordar disciplinas de maior dificuldade e promover uma conexão mais forte com o mercado de trabalho, além de colaborar com a administração da UFC para melhorar a segurança e a infraestrutura do campus.

Para os docentes, a pesquisa oferece uma visão aprofundada sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos, incentivando uma abordagem pedagógica mais empática, que considere a realidade dos estudantes trabalhadores e estimule o pensamento crítico e a identificação com a profissão.

Desta maneira, o estudo aprofunda-se na evasão no curso de Secretariado Executivo da UFC sob a ótica de fatores socioeconômicos, pedagógicos e geográfico-estruturais, oferece uma contribuição teórica ao corroborar e refinar modelos existentes sobre a persistência acadêmica.

Ao invés de tratar a evasão como um fenômeno isolado por categoria, a pesquisa destaca a interconexão e o efeito cumulativo desses elementos. Isso enriquece a teoria ao demonstrar como a vulnerabilidade econômica pode exacerbar dificuldades pedagógicas (como a falta de empatia docente com a realidade do aluno trabalhador) e ser agravada por questões logísticas e de segurança no deslocamento.

Sendo assim, o trabalho vai além da simples identificação de causas, propondo um entendimento holístico da evasão, que pode servir de base para o desenvolvimento de novos arcabouços teóricos que considerem a integralidade da experiência discente no contexto do curso de secretário executivo.

Em suma, esta pesquisa fornece a base para que o curso de Secretariado Executivo da UFC possa implementar intervenções proativas que visem à permanência e ao sucesso acadêmico de seus alunos, elevando a taxa de conclusão e fortalecendo a qualidade da formação oferecida.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, George Kemil. Importância da pesquisa científica para o desenvolvimento da ciência. **Jornal de Ciências Biomédicas e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 2, 2016.
- AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 717-736, 2016.
- AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento educacional no Brasil e em países da OCDE: os desafios brasileiros. **Educação; Sociedade**, v. 45, p. e286614, 2024.
- AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 717-736, 2016.
- ALVES, Ivanete da Silva; ARAUJO, Carla Waleska Gomes de; SILVA, E.; MOURA, Luciane Querez; ALMEIDA, B. P.; BARBOSA, Luciane Victorino; SILVA, Joselito Araújo. Analfabetismo funcional e desigualdades sociais no Brasil: Desafios na era da comunicação escrita digital. **Revista Sistemas**. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/rcsv14n5-002>. Acessado em 23 maio 2025.
- ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Rumos das universidades federais**, 1 ed. Brasília, 2013. p. 100-107
- ANTOCH, Jaromír. Ambiente para computação estatística. **Computer Science Review**, v. 2, n. 2, p. 113-122, 2008.
- AVELAR, Kátia Eliane Santos ROCHA, Cristina Nunes; NOVAES, Ana Maria Pires. Análise do desempenho da educação brasileira baseada nos indicadores oficiais PISA e IDEB. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, v. 4, n. 3, p. 71-92, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Yasmin Cunha. **Competências dos profissionais de Secretariado Executivo no mercado globalizado: uma análise a partir do LinkedIn**. 2021.
- BRANCO, Emerson Pereira et al. Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 34, p. 133-155, 2020.
- BERNARDES, G.; CHAVES, J. **Por uma teoria crítica frente ao anti-intelectualismo: educação e conhecimento para a formação humana**. Aracê, 2024.
- BROCH, C.; BRESCHILIARE, F. C. T.; BARBOSA-RINALDI, I. P. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. **Avaliação** (Campinas) 2020; 25 (2): 257-74.

- BROCH, Caroline; BRESCHILIARE, Fabiane Castilho Teixeira; BARBOSA-RINALDI, Ieda Parra. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 25, n. 02, p. 257-274, 2020.
- BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. 2023.
- CARVALHO, Carlos Roberto de; MORAES, Francisco. Crise na educação. **Revista Teias**, v. 20, n. 58, p. 5-13, 2019.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação; Sociedade**, v. 30, p. 673-697, 2009.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. **Revista Educação em Questão**, v. 51, n. 37, p. 95-120, 2015.
- CIELO, Ivanete Daga et al. Evasão nos cursos de Secretariado Executivo no Brasil: uma análise necessária. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 11, n. 1, p. 81-105, 2020.
- CORDEIRO, Vicenilda David; SILVA, Maria do Socorro Vaz da; COSTA, Francisco Edson do Nascimento. Os desafios e perspectivas do ensino superior no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 12, p. 699-704, 2021.
- CRUZ, Rúbia Wanessa dos Reis; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho. Apontamentos sobre o campo do secretariado executivo no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento. **Em Questão**, p. 58-82, 2020.
- CUNHA, Maria Isabel da; PINTO, Marialva Moog. Qualidade e educação superior no Brasil e o desafio da inclusão social na perspectiva epistemológica e ética. **R. Bras. Est. Pedag.**, p. 571-591, 2009.
- CZERNIASKI, Lizandra Felippi. **Políticas Públicas de democratização do ensino superior: um estudo sobre a ocupação das vagas nos cursos de graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná—campus Francisco Beltrão 113 f. Mestrado Profissional Em Políticas Públicas**, Universidade Estadual De Maringá, 2014.
- DINIZ, Márcia Jucá Teixeira; DINIZ, Marcelo Bentes. Trajetória recente do sistema de educação superior no Brasil. **Novos Estudos**, n. 125, p. 182-211, 2023.
- DUARTE, José Mateus Rodrigues Farias; DE SOUSA FILHO, Antônio Carlos; GIRÃO, Mauro Vinicius Dutra. Nuvens de palavras auxiliando no aprendizado de Fisiologia Humana: relato de experiência. **Revista de Educación en Biología**, v. 26, n. 2, p. 24-38, 2023.
- DOS SANTOS, Leomar; BRONNEMANN, Márcia Regina. Desafios da gestão em instituições de ensino superior: um estudo de caso a partir da percepção de diretores de centro de uma IES pública do sul do Brasil. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 01-21, 2013.

FERREIRA, Joelson Miranda et al. Os desafios da gestão escolar nas escolas públicas. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 4, p. e3928-e3928, 2024.

FERREIRA, Patrick Vieira et al. Infraestrutura escolar e desigualdade socioeconômica: O retrato das escolas paulistas. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 3, n. 33, p. e68812-e68812, 2024.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GOTTARDO, Beatriz de Lima Fernandes; CARNEIRO, Joelma Vieira de Queiroz. A educação básica de qualidade como direito de todo ser humano. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 196-214, 2015.

GUERRA, Dhyovana et al. Argumentos do Banco Mundial sobre a crise de aprendizagem. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, 2022.

KLITZKE, Melina; CARVALHAES, Flavio. Fatores associados à evasão de curso na UFRJ: uma análise de sobrevivência. **Educação em Revista**, v. 39, p. e37576, 2023.

KRUMEL, Ana Paula. Qual educação para qual crise? A história da educação brasileira na perspectiva do sistema-mundo. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 74-96, 2018

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 193 p., 2014.

LAMAS, Rodrigo. Fatores determinantes da qualidade da educação básica da rede pública no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. e3511931583-e3511931583, 2022.

LIMA, Brenna Neves. **Evasão do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará**. 54 f. Monografia (Graduação em Secretariado Executivo) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025.

LIMA, I. M. L.; AMARAL, N. C. A. O grupo de pesquisa como espaço de formação e produção do conhecimento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 195-212, dez. 2008.

LIMA, Paulo Vinícius Pereira de; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. O programa internacional de avaliação de estudantes: a avaliação de matemática e o cenário brasileiro. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 11, n. 20, 2022.

LIMA, Paulo Vinícius Pereira de; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. PISA 2003 E 2012: uma análise comparativa das competências em matemática dos estudantes. **REAMEC-Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, v. 12, p. e24073-e24073, 2024.

LOPES, Nivandro da Costa. **Evasão discente universitária**: motivação para a transferência do curso de Secretariado Executivo na Universidade Federal do Ceará. 62 f. Monografia (Graduação em Secretariado Executivo) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

- LUNA, Leonardo de Oliveira; AMARAL, Dionathan Almeida. Aspectos socioeconômicos no processo de evasão escolar: uma análise na educação básica. **RCMOS - revista científica multidisciplinar o saber**. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51473/ed.al.v3i1.547>
- MACÊDO JÚNIOR, Adriano Menino et al. Panorama do analfabetismo e alfabetismo funcional de jovens e adultos no Brasil: uma abordagem qualitativa sobre a plausibilidade dos indicadores. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 4, p. 81-99, 2023.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARINHO, Simão Pedro P. Novas tecnologias e velhos currículos; já é hora de sincronizar. **Revista e-curriculum**, v. 2, n. 3, p. 0, 2006.
- MARIUZZO, Patrícia. Novas cores e contornos na Universidade-o perfil do estudante universitário brasileiro: país avança na inclusão de estudantes no ensino superior, mas políticas públicas precisam de aperfeiçoamentos, especialmente as de permanência. **Ciência e Cultura**, v. 75, p. 01-06, 2023.
- MARTINS, Felipe dos Santos; MACHADO, Danielle Carusi. Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, p. e0056, 2018
- MATOS, Euzene Mendonça Barbosa; MATOS, Benedito de Sousa; ALVES, Francisco Regis Vieira. Analfabetismo funcional: reflexões sobre o desenvolvimento educacional no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 6, p. 575-592, 2021.
- MENEGAT, Jardelino. **O ideário educativo lassalista e os marcos regulatórios de educação: pilares para uma educação de qualidade**. 2016.
- MEDEL, Cássia Ravena Mulion de Assis. O currículo e a formação para um mundo globalizado e plural. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 46, n. 8, p. 1-2, 2008.
- MINISTERIO DA EDUCACÃO. **Censo Superior 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- MINISTERIO DA EDUCACAO. **Censo Superior 2023**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova> Acesso em: 01 junho 2025
- MOREIRA, Meyre Ane Sampaio. Currículo no contexto escolar: reflexões sobre a prática contemporânea. **Educational Research**, v. 8, n. 2, 2024.
- MULLER, Rodrigo. O que faz um profissional de secretariado executivo? A construção identitária de um perfil profissional. **SCRIBES Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies**, v. 2, n. 1, 2021.

NETO, Isolfi Vieira Rocha; LEAL, Edvalda Araújo. Metodologias ativas e a aprendizagem significativa: um estudo com alunos da disciplina de análise de custos. **Revista Universo Contábil**, v. 16, n. 4, p. 50-69, 2020.

NICHOLS, Tom. **A morte da expertise**: a campanha contra o conhecimento estabelecido e sua importância. Nova York: Oxford University Press, 2017. 252 p.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; SALATA, Andre; KLITZKE MARTINS, Melina. Fatores associados à evasão no ensino superior: um estudo longitudinal. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, p. e09961, 2023.

NORBIATO, Elizabeth Maria Rodrigues. A música " estudo errado" de Gabriel Pensador: uma crítica à situação escolar e às políticas públicas de educação no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 10, p. 17488-17509, 2023.

OLIVEIRA, Bolivar Alves. É possível erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil até 2024. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 6, p. 181-208, 2022.

PEIXOTO, João Alvarez. Estudo da evasão no curso Superior em Tecnologia da Automação Industrial. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 4, n. 5, p. 716-733, 2018.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. A crise atual da universidade pública brasileira. **Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença**, v. 17, n. 2, p. 13-35, 2019.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; ROSA, Vanderley Flor da. Nuvem de palavras e mapa conceitual: estratégias e recursos tecnológicos na prática pedagógica. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, p. 201–219, 2017.

PRIM, Alexandre Luis; FÁVERO, Jéferson Deleon. Motivos da evasão escolar nos cursos de ensino superior de uma faculdade na cidade de Blumenau. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**. ISSN-1983-1838, p. 53-72, 2013.

RAFAEL, Ivania Maria de Sousa Carvalho; RIBEIRO, Luis Távora Furtado; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. A crise do capital e a relação com a educação brasileira. **Educação. Revista do Centro de Educação**, v. 41, n. 2, p. 375-386, 2016.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A educação e a inserção do Brasil na modernidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 84, p. 63-82, 1993.

RIBEIRO, M. L. Educação e mercado de trabalho: o despreparo dos jovens brasileiros. **Estudos Avançados**, 27(78), 125-144., 2013.

RIBEIRO, Marcelo Costa; DE OLIVEIRA, Rodrigo Rios Faria. Entre avanços e desafios: o caminho da educação brasileira rumo à equidade. **Observatório de la economía latinoamericana**, v. 22, n. 5, p. e4650-e4650, 2024.

RIPOLL, Leonardo; MATOS, José Claudio Morelli. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. **Philosophy**, 23 dez. 2017.

RODRIGUES, Carlos; SOUZA, Ana Paula. **Pré-processamento de texto em mineração de dados: um estudo comparativo**. Anais do Congresso Nacional de Processamento de Linguagem Natural, v. 1, p. 45-55, 2020.

ROESCH, S. C. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertações e Estudos de Casos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSSI, Mayara et al. Os desafios da gestão escolar em escolas públicas. **Revista foco**, v. 17, n. 7, p. e5606-e5606, 2024.

ROSA, Chaiane De Medeiros; SANTOS, Fabiano Fortunato Teixeira Dos. Vagas ociosas na educação superior brasileira: limites e contradições das políticas de expansão e democratização do acesso. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 23, n. 2, p. 503-521, 2021.

SÁ, Kátia Nunes; LORDÊLO, Patrícia. Um retrato dos grupos de pesquisa da fisioterapia e terapia ocupacional no Brasil. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 5, n. 1, 2015.

SANCHES, Fernanda Cristina; SCHMIDT, Carla Maria; DIAS, Amanda Hissmura. Os avanços da pesquisa em secretariado executivo: uma análise nos periódicos científicos nacionais. **Capital Científico**, v. 12, n. 4, 2014

SANCHES-CANEVESI, Fernanda Cristina; et al. Produção científica stricto sensu em secretariado executivo: Mapeamento das Publicações no Brasil. **Revista Liceu On-Line**, v. 10, n. 2, p. 6-22, 2020.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; ARAÚJO, Rhoberta Santana. Mercantilização e financeirização do setor educacional privado-mercantil no Brasil: feições da crise da educação brasileira. **Educação**, 2023.

SARMENTO, Simone Albuquerque et al. Indução na percepção de coordenadores iniciantes em Mato Grosso: leituras sobre formações partilhadas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 18, p. e6484015-e6484015, 2024.

SCHUARCZ, Luana Dias et al. Secretariar ou não secretariar? Eis a questão: um estudo sobre a evasão no curso de secretariado executivo. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 19-41, 2014.

SCHIRMER, Sirlei Nadia. TAUCHEN, Gionara. Políticas públicas de enfrentamento da evasão na educação superior brasileira: um estudo do estado da arte. **Revista Ambiente Educação**. 2019.

SILVA, Priscila Araujo et al. Implantação da gestão por competência em uma instituição de ensino superior pública: desafios e perspectivas. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 12, n. 2, p. 173-202, 2021.

SILVA, Francisco Euguenys Medeiros et al. Evasão escolar como desafio contemporâneo à escola de ensino médio Luiz Girão, em Maranguape-CE. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 8, p. e43881251-e43881251, 2019.

SILVA, Monica Ribeiro da. Direito a educação, universalização e qualidade: cenários da educação básica e da particularidade do ensino médio. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17/18, 2016.

SILVA, Mariana Almeida; OLIVEIRA, Pedro Henrique. Ferramentas de visualização de dados para análise de conteúdo textual. **Journal of Data Science**, v. 5, n. 2, p. 120-135, ago. 2018.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ [UFC]. Pró-reitoria de planejamento e administração. **Anuário 2023**. Fortaleza, CE: UFC, 2023. Disponível em: <https://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/322-anuario-estatistico> . Acesso em: 20 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ [UFC]. Coordenação do curso de Secretariado Executivo. **Projeto Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo**. Disponível em: https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=657453 Acesso em 05 jul. 2025 as 19:17h

VIEIRA, Jéssica Oliveira; ZUIN, Débora Carneiro. **Secretariado Executivo no Brasil: profissão ou ocupação?**. Revista de Gestão e Secretariado, v. 6, n. 3, p. 21-45, 2015.

VIEIRA, DAF; TORRES FILHO, R. de A.; SILVA, VM da. Nuvem de palavras sobre a percepção do consumidor por diferentes alimentos de origem animal. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l], v. 4, pág. e69309, 2024.

VILELA, Rosana Brandão; RIBEIRO, Adenize; BATISTA, Nildo Alves. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo. **Millenium**, n. 11, p. 29-36, 2020.

APÊNDICE A – MODELO DE CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA DA MONOGRAFIA

Objetivos	Referencial	Ideias/Tópicos	
Identificar os fatores que podem levar a uma futura evasão de alunos do curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará.	A transição do ambiente escolar para o universitário, com suas novas metodologias de ensino, maior autonomia exigida e a pressão por desempenho, pode gerar ansiedade e desmotivação, levando ao desligamento. Some-se a isso a falta de identificação com o curso escolhido, um problema comum que surge quando as expectativas iniciais do estudante não se alinham com a realidade da graduação, resultando em desinteresse e, por vezes, na busca por outras oportunidades. (Dos Santos; Bronnemann, 2013; Silva <i>et al.</i> , 2021).	Curso / Profissão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escolha do curso no Sisu 2. Pesquisa sobre o curso antes de se inscrever 3. Identificação com o curso 4. Identificação com a profissão 5. Falta de conhecimento do mercado sobre a profissão 6. Perspectiva de estágio / emprego na área 7. Mudança de curso
		Comportamental / Cognitiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relacionamento interpessoal com colegas e professores 1. 2. Dificuldade de acompanhar as disciplinas
1. Detectar fatores socioeconômicos que podem impactar na evasão de alunos do curso de secretariado executivo;	Fatores socioeconômicos, como pobreza e necessidade de trabalho, contribuem significativamente para o abandono escolar (Luna; Amaral, 2023).	Socioeconomico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Precisa trabalhar para sustentar a família 2. Condições para se manter na universidade 3. Horário de trabalho coincide com os horários da aula 4. Assistência estudantil (gratuidade do R.U., bolsas acadêmicas)

2. Observar a influência de aspectos pedagógicos numa possível evasão de alunos do curso de secretariado executivo;	A escola, presa a modelos conteudistas e fragmentados, que pouco se conectam à realidade e aos interesses dos estudantes, falha em desenvolver o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de inovação (Silva, 2016).	Aspectos pedagógicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Professores (prestativos, estimulam a criatividade, conectados com a realidade e o mercado de trabalho, incentivam ao pensamento crítico e a capacidade de inovação) 2. Coordenação do curso (apoia os alunos, atende/ acolhe os estudantes, resolve as demandas solicitadas, está presente)
3. Verificar como as condições geográficas e estruturais impactam na evasão de alunos do curso de secretariado executivo;	A PNAES reconhece que a fome, a distância e a falta de estrutura podem ser tão impeditivas quanto a ausência de vagas...	Geográfico (moradia/ transporte / segurança)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Moradia (mora longe da família / mora na casa de terceiros / mora longe do campus / mora sozinho) 2. Transporte (uber / ônibus universitário / ônibus intermunicipal / ônibus municipal) 3. Segurança
		Estrutura familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Família dá suporte para se manter na faculdade (financeiro, psicológico, outros) 2. Possui local adequado para estudar em casa (acústica, iluminação, ergonomia) 3. Possui material apropriado para estudar (computador, internet) 4. Tem condições de estudar em casa sem ser interrompido
	Silva (2016) argumenta que a ausência de infraestrutura adequada limita as metodologias de ensino, restringe o acesso a informações e impede o desenvolvimento de	Estrutura UFC / Feaac	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura física da sala de aula 2. Temperatura da sala de aula 3. Materiais utilizado em sala (projektor, lousa, pincel) 4. Estrutura física do campus (Feaac) 5. Acessibilidade no campus (Feaac)

	habilidades práticas cruciais		<ol style="list-style-type: none">6. Biblioteca7. Laboratório de informática8. Sala de estudos9. RU, assistência médica e odontológica, moradias, intercampus1. 10. Banheiros
--	-------------------------------	--	---

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

A - PERFIL DO ENTREVISTADO

Olá!

Me chamo Raissa Sampaio, sou concludente do curso de secretariado executivo - UFC e junto com minha orientadora (Professora Dra. Joelma Soares) desenvolvemos este questionário para coletar dados para o meu trabalho de conclusão de curso (monografia).

Estamos realizando uma pesquisa para entender melhor os motivos que levam alguns estudantes a deixarem o curso de Secretariado Executivo e a partir das respostas colaborar com a gestão do curso com sugestões de ações para que os alunos consigam concluir seus estudos com sucesso .

Este questionário é anônimo e não existe resposta certo ou errada. Ao responder este questionário você está concordando em participar da pesquisa. Suas respostas serão tratadas com total confidencialidade e usadas apenas para fins de pesquisa acadêmica.

Agradecemos imensamente sua colaboração!

1 Qual a sua faixa etária?

() Menor de 18 anos () 18 – 20 anos () 21 – 25 anos () 26 – 30 anos
() 31 – 35 anos () 36 – 40 anos () Acima de 40 anos

2 Qual seu gênero?

() Feminino () Masculino () Prefiro não dizer () Outros

3 Qual seu ano de ingresso?

() 2024.1 () 2025.1 () Outros

B – CURSO / PROFISSÃO

4 O curso de secretariado executivo foi sua 1ª opção no Sisu?

() Sim () Não

5 Caso tenha marcado “Não” na pergunta anterior, qual foi a sua 1ª opção?

6 Por qual motivo o curso de secretariado executivo foi uma das suas opções no Sisu?

7 Você pesquisou sobre o curso de secretariado executivo antes de se inscrever?

() Sim () Não

8 Após esse período de aula e conhecendo melhor o curso...

() Sua percepção inicial do curso ou da profissão mudou

() Você passou a se identificar com o curso/profissão

() Sua percepção inicial continua a mesma

() Outros

9 Qual a sua perspectiva sobre o mercado de trabalho e as oportunidades de emprego para profissionais formados em Secretariado Executivo atualmente?

10 Você tem intenção de pleitear a mudança de curso interna?

() Sim () Não

11 Caso tenha marcado “Sim” na pergunta anterior, por qual motivo você quer mudar de curso?

12 Qual a sua maior dificuldade em relação ao curso de secretariado executivo?

C – COMPORTAMENTAL / COGNITIVO / SOCIOECONÔMICO / ASPECTOS PEDAGÓGICOS

13 Você tem/teve dificuldade de acompanhar alguma disciplina? Se sim, qual?

14 Das situações a seguir, quais delas o levariam a desistir do curso de secretariado executivo:

() Dificuldade de interagir ou de se relacionar com os meus colegas de sala de aula

- Dificuldade de interagir ou de se comunicar com os meus professores
- Dificuldade de interagir ou de se comunicar com os servidores/técnicos administrativos
- Dificuldade de interagir ou de se comunicar com os prestadores de serviços e/ou terceirizados
- Nenhuma das opções acima
- Outros

15 Das situações a seguir, quais delas o levariam a desistir do curso de secretariado executivo:

- Extinção de alguma assistência estudantil da UFC (ex: gratuidade no R.U., B.I.A., outros)
- Necessidade de trabalhar para me sustentar ou ajudar minha família
- Horário de trabalho/estágio coincidir com meus horários das aulas
- Extinção das bolsas acadêmicas da UFC
- Perda do estágio ou emprego
- Oportunidade de emprego em outra área
- Nenhuma destas opções
- Outros

16 Marque a(s) alternativa(s) que você concorda, sobre os professores do curso de secretariado executivo da UFC...

- São prestativos com os alunos
- Incentivam ao pensamento crítico
- Incentivam a capacidade de inovação
- Estimulam a criatividade dos seus alunos
- São conectados com a realidade e o mercado de trabalho
- Nenhuma destas opções
- Outros

17 Marque a(s) alternativa(s) que você concorda, sobre a coordenação do curso de secretariado executivo da UFC...

- Recebo apoio da coordenação do curso quando necessário
- Me sinto atendido/acolhido quando busco a coordenação do curso
- Minhas demandas são resolvidas quando busco a coordenação do curso
- A coordenação do curso está sempre presente

- () Nenhuma destas opções
 () Outros

D – GEOGRÁFICA / MORADIA / TRANSPORTE / SEGURANÇA / ESTRUTURAL

18 Após entrar na UFC você teve que:

- () Morar longe da família
 () Teve que morar sozinho
 () Precisou morar em república
 () Mudou para morar com algum parente ou amigo
 () Não precisou se mudar
 () Outros

19 Considerando seu deslocamento diário, você se considera morar longe do campus (Feaac)?

- () Sim, muito longe () Sim, um pouco longe
 () Não, considero uma distância razoável () Não, moro perto () Outros

20 Qual meio de transporte você utiliza para ir e voltar para a Feaac?

- () Transporte próprio () Uber () Ônibus universitário
 () Ônibus intermunicipal () Ônibus municipal () Carona () Outros

21 Em relação à segurança nas imediações do campus, há algo que você gostaria de comentar ou alguma experiência que impactou sua percepção?

22 Marque a(s) opção(s) que se identifica:

- () Minha família me oferece suporte necessário para que eu consiga estudar e seguir com o curso
 () Na minha casa, possuo um local adequado para estudar (acústico, iluminação, ergonomia)
 () Tenho material apropriado para estudar (internet, computador)
 () Consigo estudar em casa sem ser atrapalhado (a) ou interrompido (a) por outras pessoas ou eventos

-) Nenhuma destas opções
-) Outros

23 Assinale a(s) opção(s) que descreve(m) algum aspecto da infraestrutura que poderia impactar negativamente na sua continuidade no curso de secretariado executivo:

-) A infraestrutura geral da UFC: acessibilidade no campus, Restaurante Universitário (R.U.), transporte interno (ônibus intercampus), assistência médica e odontológica.
-) A infraestrutura da sua FEAAC: biblioteca, laboratórios de informática, salas de estudo, banheiros.
-) A infraestrutura das salas de aula da FEAAC: condições das carteiras, temperatura ambiente (climatização), disponibilidade e funcionamento de projetores e lousas.
-) A infraestrutura do seu ambiente de estudos em casa: acesso à internet, espaço adequado para estudo, e silêncio ou condições para concentração.
-) Nenhuma destas opções
-) Outros